



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

<b>COMISSÃO ESPECIAL - PEC 015/15 - TORNA PERMANENTE O FUNDEB/EDUCAÇÃO</b>			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1252/17	DATA: 12/09/2017	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 10h42min	TÉRMINO: 13h17min	PÁGINAS: 55

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

PRISCILA CRUZ - Presidente Executiva do Movimento Todos Pela Educação.  
LUCIANO OLIVA PATRÍCIO - Assessor da Secretaria Executiva do Ministério da Educação — MEC.  
MARIZA ABREU - Consultora de Educação da Confederação Nacional de Municípios — CMN.  
DENISE CARREIRA - Coordenadora Adjunta da Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação.

**SUMÁRIO**

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2015: análise do texto e sugestões para o seu aprimoramento.

**OBSERVAÇÕES**

Houve exibição de imagens.  
Houve intervenção inaudível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Thiago Peixoto) - Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 15-A, de 2015, que torna permanente o FUNDEB Educação.

Dispensar a leitura da ata da 17ª reunião, realizada em 5 de setembro de 2017, por ela ter sido disponibilizada.

Indago se algum membro deseja retificar a ata.

Não havendo quem queira retificá-la, em votação. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

A Ordem do Dia de hoje prevê a realização de audiência pública que vamos iniciar agora, convidando para tomar assento à mesa a Sra. Priscila Cruz, Presidente Executiva do Movimento Todos pela Educação; o Sr. Luciano Oliva Patrício, Assessor da Secretaria Executiva do Ministério da Educação; a Sra. Mariza Abreu, Consultora de Educação da Confederação Nacional de Municípios; e a Sra. Denise Carreira, Coordenadora Adjunta da Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação.

Informo que esta audiência atende ao Requerimento nº 8, de 2016, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, subscrito pela Deputada Raquel Muniz, e ao Requerimento nº 13, de 2017, da Deputada Raquel Muniz, e tem como tema a discussão da PEC nº 15, de 2015: análise do texto e sugestões para o seu aprimoramento.

Antes de passar a palavra aos convidados, peço atenção quanto aos procedimentos a serem adotados durante a audiência. Inicialmente será concedida a palavra aos convidados por 20 minutos para as suas exposições. Logo após, será concedida a palavra aos Deputados, seguindo a ordem de inscrição, os quais terão 3 minutos para interpelações e considerações, tendo o convidado o mesmo prazo para resposta, sendo ainda facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de 3 minutos. Ao fim das intervenções dos Parlamentares, será concedida a palavra por 3 minutos para que os Consultores Legislativos desta Casa possam se manifestar. As perguntas serão feitas ao final da palestra e deverão restringir-se ao assunto da exposição.



A lista de inscrição para os debates encontra-se à disposição dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas na mesa de apoio.

Vamos dar início à exposição. Quem vai falar primeiro conosco vai ser a Priscila Cruz.

Priscila, é um prazer muito grande recebê-la aqui pelo Todos pela Educação. Entendo que o Todos e você têm uma grande contribuição a dar a este projeto. Sei que você tem estudado, junto com a equipe, alternativas e propostas. Então, tenho certeza de que vai ser muito rica a sua contribuição para este nosso debate.

Está com a palavra Priscila Cruz, por 20 minutos.

**A SRA. PRISCILA CRUZ** - Bom dia a todos e a todas. É uma alegria estar aqui. Quero agradecer o convite do Deputado Thiago Peixoto. É uma alegria estar aqui dividindo a bancada com colegas que estão pensando dia e noite sobre esse tema.

Quero agradecer a presença de todos os Deputados, da Dorinha, que é da nossa Comissão Técnica, de todos os assessores parlamentares e os que nos assistem em casa.

De fato, Deputado, este é um tema muito importante, porque nós sabemos o quanto o sistema de financiamento é capaz de fazer para induzir os caminhos que nós precisamos trilhar no País, tendo que garantir qualidade com equidade. Talvez seja o resumo da nossa grande missão na Educação hoje: garantir qualidade, porque a média é muito ruim, mas há outro patamar de média com muito mais equidade. Como eu vou mostrar aqui para vocês muito brevemente, um dos maiores desafios da educação brasileira é justamente combater a desigualdade.

Não é à toa que o Brasil também é um dos países campeões em desigualdade social e econômica, porque o berço dessa desigualdade já começa na educação, sendo que a educação é, ou deveria ser, uma política de combate à desigualdade, uma política de fazer com que essas crianças mais pobres consigam romper o seu ciclo de exclusão e pobreza. A educação pode muito bem aprofundar os fossos ou pode fazer com que essas crianças saiam desse ciclo em que elas estão presas há gerações.

Realmente, é uma oportunidade estar aqui e, mais do que isso, é uma oportunidade de nós conseguirmos debater um novo FUNDEB, conseguirmos



debater esse FUNDEB que tem a possibilidade, Deputado, de ser uma grande indução positiva para a qualidade e para a equidade.

Então quero dizer que nós temos uma situação no Brasil em que muito se fala em melhorar a educação, mas nós temos que equalizar as oportunidades. Nós temos resultados finais muito distintos dos alunos, e esses insumos são muito distintos também.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Vou mostrar um pouco de resultado, só para nós termos ideia da dimensão da nossa missão aqui e da nossa missão geracional. Se nós compararmos o quartil de mais baixa renda com o quartil de mais alta renda das crianças em escolas públicas, entre as crianças de 4 a 5 anos fora da escola, há quatro vezes mais crianças do quartil mais baixo de renda do que do quartil mais alto de renda; dos jovens de 15 a 17 anos fora da escola, há duas vezes e meia a mais jovens mais pobres; e essa população tem 4 anos a menos de escolaridade. Isso é determinante para a vida dessas crianças.

Nós temos vários estudos mostrando o quanto 1 ano a mais de escolaridade tem impacto na renda, na empregabilidade, na possibilidade de essa criança depois poder romper esse ciclo em que ela está presa há tantos anos.

O que nós vemos é que, olhando para a aprendizagem, nós temos uma situação ainda pior. Então, nós falamos muito de acesso, ano de escolaridade, fora ou dentro da escola, qualidade do ponto de vista da aprendizagem das crianças. No 3º ano do ensino fundamental, nós já temos um abismo enorme entre essas crianças. É cinco vezes maior a aprendizagem de uma criança do nível socioeconômico mais alto, quando nós comparamos com essas crianças com o nível socioeconômico mais baixo. Então, nós temos 14,3% contra 86%.

Eu não consigo pensar num dado pior do que este da nossa Educação, Deputado. De cara, logo no 3º ano, crianças com 8 e 9 anos de idade, nós já temos uma parcela que nós excluimos e outra parcela que nós dizemos: *“Olha, continua, que você vai ter condições de aprender”*. Há uma parcela enorme que já é excluída, e essa parcela são justamente as crianças com nível socioeconômico mais baixo.

Depois, no 5º ano, há nove vezes mais aprendizagem entre as crianças com nível socioeconômico mais alto. No ensino médio, nós temos uma situação que é a



pior de todas, mas que é o acúmulo que já vem das etapas anteriores, que é 22 vezes maior. Então, as crianças com nível socioeconômico mais alto são 58% contra o 2,3%.

Ou nós temos uma política de indução forte para enfrentar esta situação de altíssima desigualdade educacional que temos no País, ou a situação vai continuar dessa forma, como podemos ver, com as desigualdades.

Nós vimos a foto. Esta é uma foto do último dado que temos da ANA — Avaliação Nacional da Alfabetização de 2014 e do SAEB — Sistema de Avaliação da Educação Básica de 2015. Quando vemos o filme, imaginamos que a situação talvez venha melhorando. Não, nós não vimos melhorando, nós vimos piorando a desigualdade educacional no País.

Aqui é a inércia. Se tudo permanecer como está, se não criarmos mecanismos que induzam um investimento maior nas crianças mais pobres, se não dermos uma atenção maior às crianças mais pobres, se não fizermos isso, o que acontecerá? Esta é a inércia.

A desigualdade vem se aprofundando. Ela era menor, ela tinha um delta de 19 pontos percentuais, em 2005, e passou, em 2013, a ter 35 pontos percentuais. Então ela está aumentando. E esta é uma tendência fortíssima que vem acontecendo no País.

Quando olhamos a aprendizagem adequada em Língua Portuguesa por nível socioeconômico, vemos justamente que há essa correlação muito alta entre o nível socioeconômico e desempenho das crianças. Nós já discutimos isso nesta Comissão, em outras comissões, várias vezes — acho que a Deputada Dorinha já participou de várias dessas discussões em relação ao que nós já vimos verificando há muito tempo. E isso não é uma realidade apenas brasileira, é uma realidade mundial.

Existe uma relação muito forte entre o nível socioeconômico e o desempenho escolar, as razões são múltiplas. Mas o fato é que essa relação ajuda a explicar, mas não justifica. Nós ainda temos muitas escolas que atendem — são essas escolas acima da linha vermelha, que estão mais para a esquerda —, que são as escolas que têm o desempenho acima daquilo que seria o esperado pelo seu nível socioeconômico.



Então, não há dúvidas de que é possível fazer, sim. Temos que olhar o que está acontecendo lá. Quando olhamos o que está acontecendo nessas escolas, nós verificamos que são escolas que têm professores mais experientes, com mais tempo de casa, formados na área em que atuam; são escolas que têm diretores com mais de 7 anos de escola, com melhor infraestrutura.

Então, há uma série de evidências. O Brasil tem dados, nós temos estudos. É claro que ainda podemos avançar bastante, mas o Brasil e a própria literatura internacional já apontam algumas condições que têm que estar presentes nessas escolas para que consigamos avançar. E essas escolas apresentam justamente essas condições. Então isso é possível. Não podemos deixar a inércia acontecer, como vimos verificando no País — a inércia da continuidade da desigualdade.

Destaco aqui uma frase do Secretário Geral da OCDE, Angel Gurría, porque ontem foi lançado o *Education at a Glance*: “A falta de uma educação de qualidade é a forma mais poderosa de exclusão social (...)”. Então, se quisermos manter a exclusão social, que é uma das maiores do mundo, no Brasil, é só manter tudo do jeito que está. Se quisermos manter as coisas como estão, é só manter as políticas também como elas estão. Se nós mantivermos a educação nessa baixa qualidade, com alta desigualdade, nós vamos manter este País, como já sabemos, neste retrato horroroso de desigualdade, de baixa renda, de desemprego e crises múltiplas, sobrepostas e cíclicas, de tempos em tempos.

Eu acho que, quando estamos discutindo o FUNDEB, estamos discutindo uma das políticas mais poderosas para nós rearmos na contramão da tendência, da inércia. A inércia é manter um sistema extremamente desigual e de baixa qualidade.

Então, devemos pensar, Deputado Thiago e Deputada Dorinha, em mecanismos para que este FUNDEB crie condições, e principalmente induções, para que a gestão municipal, a gestão estadual e o trabalho que é feito pelo MEC possam ir na direção de dar mais para quem tem menos. Devemos dar condições para que esse aluno mais pobre, que já sabemos que tem essa condição, supere, que ele consiga ter mais acesso a esses insumos e condições porque ele não vai superar enquanto não houver mais investimentos para ele.



Já entrando no capítulo das propostas, devemos ter um FUNDEB de equidade, um FUNDEB que gere equidade, um FUNDEB que se preocupe em fazer avançarem as políticas no sentido de garantir condições mais equânimes para que essas crianças tenham o aprendizado e que elas possam entrar depois na vida adulta e colocar o seu projeto de vida em prática. Que nós consigamos superar essa marca tão profunda do Brasil.

De novo: o FUNDEB é uma das ferramentas mais poderosas para isso. Se perdermos essa oportunidade, perderemos uma oportunidade de ouro para fazer aquilo que a nossa geração, Deputado Thiago, tem para fazer. Isto é um imperativo ético que nos é colocado: realmente superarmos essa condição.

Primeira coisa: tratamento desigual aos desiguais. Tratar todo mundo igual num sistema que é muito desigual vai gerar o aprofundamento das desigualdades.

O que fazemos hoje? Eu vou mostrar um pouquinho. Na verdade, nós tratamos desigualmente os desiguais de forma invertida, porque nós damos mais para quem tem mais e damos menos para quem tem menos. Nós precisamos ter um tratamento desigual invertendo essa lógica, dando mais para quem tem menos e dando um pouco menos para quem já tem mais.

Inverter essa lógica exige coragem porque quem tem mais, em geral, é uma população que já demanda mais, que tem mais visibilidade, que consegue chegar à gestão, aos governantes e a quem está decidindo os rumos do País. Então, esse é um caminho que exige muita coragem política, porque não dá para darmos mais para quem tem menos sem darmos menos para quem já tem mais.

Inverter essa lógica é fundamental para gerarmos equidade, mas isso é tarefa para fazermos nesses próximos anos, porque temos uma situação de altíssima desigualdade que precisa ser enfrentada. Devemos proporcionar um tratamento desigual: dar mais para quem tem menos, invertendo o que temos hoje, que também é um tratamento desigual.

E devemos dar mais do quê? Essa é a grande tarefa não só desta Comissão, mas também da Comissão que vai elaborar e propor o PL, que vai realmente fazer com que essa nova modelagem do FUNDEB seja construída. Mas é muito importante que esta Comissão já esteja debatendo sobre isso, porque o texto constitucional não pode amarrar a possibilidade que temos de construir o PL futuro.



Precisamos criar condições, precisamos ter o debate, Deputada Dorinha, para criarmos, então, uma reflexão em alguns acordos. Devemos verificar quais são essas condições, quais são esses critérios. Quais são essas condições? Quais são esses critérios? Quais são os insumos que precisamos favorecer para que o financiamento seja direcionado para esses insumos de que já temos evidência que são os que mais têm relação com o desempenho escolar dessas crianças? É preciso olhar para essas experiências, olhar para essas pesquisas, olhar para as evidências, para que tenhamos condições de remodelar o FUNDEB no sentido de direcionar mais recursos para aquilo de que já temos forte evidência de que são os insumos e as condições para que essas crianças consigam superar sua condição atual.

Eu acho que esta é um pouco uma agenda que imaginamos para poder criar uma reflexão, para podermos criar e modelar esse novo FUNDEB, com condições e insumos que favoreçam maior qualidade, fluxo e conclusão. Acho que são os três grandes resultados que precisamos olhar, verificar e garantir que as crianças, principalmente as mais pobres, tenham. Claro que todos eles estão inter-relacionados muito fortemente.

Ricardo Paes de Barros está produzindo uma série de estudos mostrando o impacto perverso na vida desses jovens: a evasão, o abandono, a não conclusão do ensino médio. Isso é uma destruição de vidas! Eu gosto das palavras fortes, porque, na educação, acabamos naturalizando situações que não deveríamos naturalizar. Estamos vivendo um genocídio de jovens que não estão tendo oportunidades. Muitos deles vão para o crime, vão para outros caminhos. É uma forma de matar uma geração o que estamos fazendo no País hoje.

A falta de qualidade está gerando a repetência, que por sua vez está gerando evasão e abandono. Temos uma série de evidências que já mostra que a qualidade da aprendizagem é fundamental para que consigamos romper esse ciclo todo. Esse conjunto de resultados — qualidade, melhor fluxo e conclusão — é o que precisamos garantir no País. Não é algo de outro mundo, mas precisamos ter clareza em relação a essas três grandes metas: tem que estar na escola, tem que aprender, tem que ter fluxo e tem que concluir o ensino médio na idade correta.





Investimento, obviamente, é necessário. Temos que verificar qual a cesta de impostos que pode ser aportada por este novo FUNDEB. O dinheiro é finito, ele não é infinito. Se o dinheiro é finito, ele tem que ser retirado de algum lugar para ser colocado na educação. Obviamente que colocá-lo na educação exige a determinação de realmente tomar a educação como o eixo central de nosso projeto de País. Não é isso o que vem acontecendo no País nos últimos. Não sei nem se isso algum dia aconteceu no nosso País. O fato concreto, no entanto, é que, se não colocarmos a educação como eixo central de nosso projeto de desenvolvimento, ela não vai ter espaço para conseguir mais recursos. Precisa aportar mais recursos para a educação. Vivemos um contexto de teto dos gastos — isso é uma realidade. Então, tem que realmente retirar de alguns lugares e colocar na educação.

O FUNDEB tem um papel estratégico nisso porque ele está fora do teto dos gastos, e é importantíssimo para o País ampliar os recursos e investimentos em educação com essa realidade do teto dos gastos. Podemos criticar, sermos contrários, mas, enfim, é uma realidade que está posta. Para conseguirmos mais investimento em educação, vamos precisar colocar mais dinheiro no FUNDEB, com maior complementação da União, obviamente, como já foi dito em várias audiências aqui, com o que concordamos.

Quando aos mecanismos de indução, eles são uma ciência pouco usada e estudada no Brasil. Quais são os mecanismos de indução? Podemos aprender muito com a experiência de outros países e com a experiência do Brasil em outras políticas, em várias outras áreas. Mas quais são os mecanismos de indução que podem ser inseridos nessa nova modelagem do FUNDEB, que podem fazer com que o FUNDEB atual, que já foi FUNDEF, transforme-se no FUNDEB Equidade, como já vimos falando?

O FUNDEB Equidade tem a grande missão civilizatória de criar condições para que a nossa escola faça justiça, principalmente para com os alunos mais pobres. É preciso que tenhamos condições de investir mais nas crianças mais pobres e façamos do FUNDEB um mecanismo forte de equalização de oportunidades. Esses mecanismos de indução podem entrar nessa nova modelagem do FUNDEB, para que possamos avançar.



Vamos ter outras audiências. A Mariza também pode falar um pouco sobre isso. Vamos ter participação do Caio, da equipe do Todos pela Educação, que vai falar um pouco mais disso. O grande recado que eu queria passar aqui é em relação à necessidade imperativa de garantir a equidade e ao compromisso ético que temos que ter com essa geração de crianças.

Eu estava dizendo que temos que tratar de forma diferente os diferentes. Nós já tratamos de forma diferente os diferentes. Neste gráfico, os quadradinhos de baixo são as escolas que atendem a uma população com nível socioeconômico mais baixo, e as bolinhas em cima são as escolas que atendem a uma população com nível socioeconômico mais alto. Como podemos ver, inacreditavelmente nós damos mais a quem já tem mais. Ou seja, esta é a realidade brasileira: estamos aumentando a desigualdade, dando mais para quem tem mais e menos para quem tem menos. Se não houver mecanismos no FUNDEB para revertermos essa lógica, essa lógica não vai ser revertida. Não vemos nada acontecendo no País que faça com que mudemos de rota. Essa é a rota que estamos vivendo hoje.

O FUNDEB é uma política essencial como mecanismo de indução global. Na sua nova modelagem, devemos pensar quais são as induções que temos que colocar, para onde vamos direcioná-las — a quais insumos e a qual população —, como faremos isso e como acompanharemos o aluno mais pobre.

O FUNDEF tem a característica de ser uma política brasileira celebrada, referendada no mundo inteiro. Em qualquer lugar, em qualquer grande fórum de discussão de política educacional, o FUNDEF, depois FUNDEB, é sempre muito mencionado. Então, Deputado, essa é uma das poucas coisas em que estamos à frente do mundo. Podemos ser mais arrojados ainda, podemos ser mais referência ainda. Precisamos disso na nossa educação, precisamos de boas referências e de boas histórias para contar. Essa história do FUNDEF e do FUNDEB é realmente uma excelente história, mas pode ser muito melhor.

Temos aqui um histórico do FUNDEF e FUNDEB. Isso já foi muito citado nas audiências, não vou repetir. Mas o que eu quero contar é que existe a possibilidade de esse novo FUNDEB ser um FUNDEB Equidade, que realmente consiga avançar naquilo de que mais precisamos no País, que é ter qualidade com equidade.



Dentro do esquema que temos utilizado no Todos pela Educação para pensar nesse novo FUNDEB, pergunto: qual é o tamanho da nossa ambição? Qual é a ambição que deveríamos ter com o novo FUNDEB?

Nós conseguimos, nos últimos anos, com o FUNDEF e o FUNDEB, ter um mecanismo de indução para o avanço nas matrículas. Colocamos a equidade no centro. Ela é realmente o principal resultado que precisamos garantir — não a equidade com todo mundo em baixo, mas a equidade todo mundo em cima, obviamente com qualidade, mantendo o caráter de avanço da universalização da educação brasileira.

Lembro que ainda há 2,5 milhões de crianças fora da escola. Então, o FUNDEB deve ter mecanismos para induzir a aceleração das novas matrículas da busca ativa. Os Municípios e os Estados podem ter mais incentivos para buscar essa criança onde ela estiver.

Equidade, qualidade e efetividade das políticas para melhorias de governança.

Temos alguns exemplos. Já discutimos bastante o caso de Sobral, no Ceará.

Ter mecanismos que atrelem o financiamento à boa gestão e à boa governança também é possível, Deputado.

Então, esta é a chance de ouro que temos para reunir o melhor do pensamento brasileiro educacional. Precisamos construir induções para esses quatro grandes objetivos — avanço nas matrículas, equidade, qualidade e efetividade das políticas —, a fim de garantir a todas as crianças o que elas merecem e precisam para melhorar.

Rapidamente, porque o meu tempo já estourou, faço uma retomada das últimas audiências.

Nós do Todos pela Educação acompanhamos o debate muito qualificado que vem acontecendo neste espaço. Obviamente, a tendência é haver mais diagnósticos do que propostas. Eu entendo que agora o trabalho é garantir que o texto da PEC não engesse uma proposição, uma modelagem mais avançada do FUNDEB lá na frente, no projeto de lei. Esta é uma discussão que ainda precisa ser feita, mas acredito que a assessoria já esteja discutindo o nível de detalhamento dessa PEC,



para que ela não engesse proposições, mas aponte para a direção daquilo que precisamos, que é o avanço da qualidade com equidade.

Estes são dois pontos que surgiram em várias audiências e que apoiamos: a ampliação da complementação da União, proposta que apareceu em todas as audiências — vamos enfrentar esse debate porque achamos que a União precisa ampliar a sua contribuição —, e a redistribuição interestadual mais potente, beneficiando os Municípios mais pobres.

Aqui há uma questão com a qual quero finalizar a minha fala.

Deputada Dorinha, os dados mostram que mesmo os Municípios mais pobres tendem a investir mais nas escolas que atendem aos alunos com nível socioeconômico mais alto. Então, dentro do próprio FUNDEB, teremos que criar mecanismos para que as escolas maioria Bolsa Família recebam mais recursos e para que as escolas que atendem aos alunos com nível socioeconômico mais baixo recebam mais recursos. Temos que criar esses mecanismos, obviamente sem engessar a gestão — acho que é sobre isso que a Mariza vai comentar. Não podemos engessar a gestão, mas os recursos de complementação, os recursos que vão para além do que o Município teria precisam estar de acordo com algumas regras, porque, se deixarmos a gestão do jeito que está, aprofundaremos a desigualdade, não melhoraremos a desigualdade. Então, devemos garantir que, dentro desses Municípios, direcionemos mais insumos e condições para as escolas que atendem às crianças mais pobres — não adianta só direcionar para os Municípios mais pobres —; tenhamos olhar especial para as escolas de maioria Bolsa Família; definamos esses insumos e condições — acho que temos acúmulo no Brasil para defini-los. É claro que temos embates. Não há consenso, mas temos condições de fazer esse debate.

É preciso ainda regras de apoio técnico, condicionante e elegibilidade. O que faz um Município receber mais recursos? O que faz uma escola receber mais recursos? Para quê? Com que regras de elegibilidade? Deve haver regras inclusive para a retirada de recursos. Não adianta haver fluxo de recursos sem um arcabouço maior de regramento, de parâmetros e de balizamento, para que as escolas consigam direcioná-los para aquilo que vai dar resultado para os alunos.



Por fim, deve haver muito controle social, muita transparência para que isso ocorra. Temos verificado no Brasil, apesar do crescimento da judicialização e até dos riscos que isso acarreta, uma atividade muito importante de Ministério Público, Tribunal de Contas e até sociedade civil, com movimentos e entidades organizadas, para fazer esse controle social. Temos dados e sabemos que, havendo regras claras, é possível que a sociedade faça o controle e faça com que a gestão se direcione para aquilo que precisamos ter, que são as políticas necessárias para conseguirmos avançar nos resultados de qualidade com equidade.

Esse é o grande recado.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado, Priscila.

Antes de dar continuidade aos trabalhos, quero fazer um pequeno comentário. Esta, se não me engano, é a 18ª audiência pública que fazemos. Algo que me chamou muito a atenção na sua proposta, Priscila, foi que você foi além do diagnóstico. Aqui tivemos acesso a muitos diagnósticos sobre o FUNDEB, fundamentais para os próximos passos, mas houve poucas propostas. Agora entendo que temos o desenho específico de uma proposta ou sugestão.

Particularmente, chama muita atenção esse passo que o Movimento Todos pela Educação propõe com relação a esse avanço do FUNDEF, que cumpriu o seu papel, e do FUNDEB, que também cumpriu o seu papel importante. Neste momento em que temos a oportunidade de tornar o FUNDEB perene, por que não avançarmos nos quesitos de qualidade e por que não enfrentarmos a questão da desigualdade educacional, que gera desigualdade social no País?

Faço este pequeno comentário porque gostei da sugestão que você deu do FUNDEB com equidade. Pode ser bacana para se pensar com uma marca forte.

Vou passar a palavra a Luciano Oliva Patrício, Assessor da Secretaria Executiva do Ministério da Educação, por 20 minutos, mas antes devo dizer-lhe que estávamos muito ansiosos pela presença do MEC na nossa Comissão Especial. É impossível se avançar nesta discussão sem ter a posição do Ministério. Se não me engano, é a primeira vez que um representante seu vem tratar deste assunto. Estou lhe dando muita responsabilidade e demonstrando nossa ansiedade com o que tem a propor e a dizer.



Com a palavra o Sr. Luciano Oliva Patrício.

**O SR. LUCIANO OLIVA PATRÍCIO** - Bom dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

Antes de mais nada peço desculpas pela precariedade da minha voz. Tenho um histórico de tosse e, quando começo a tossir, demoro a melhorar e a fala piora.

Eu começo dizendo que assisti a esse filme praticamente desde o começo: fui Secretário Executivo do Ministério da Educação de 1995 a 2002 e participei da concepção e da gestão do FUNDEF e das discussões do FUNDEB, dessa vez sob o viés do Ministério da Fazenda.

Uma das coisas que me chamou muito a atenção nesse período foi a capacidade de agregação política do FUNDEB. Para quem não é tão velho quanto eu e não teve a oportunidade de vivenciar as discussões sobre sua criação no Congresso Nacional, eu lembro que o Senador que relatou a proposta no Senado, em 2006, em plena campanha eleitoral, era candidato a Vice-Presidente na chapa do Governador Geraldo Alckmin. A ideia matriz do FUNDEB foi capaz de produzir uma votação praticamente unânime, em meio a uma conjuntura política que tinha tudo para virar guerra de vaidades, disputa política no mau sentido.

Obviamente, não vim aqui para trazer a posição do Poder Executivo nem dizer: *“Escreve a emenda constitucional assim que as nossas lideranças vão encaminhar a favor e isso vai estar aprovado daqui a dois meses”*. Eu acho bom que assim seja, porque nos dá a chance primeiro de entender melhor, de discutir mais e de, quando chegar a hora da votação, ter resolvidos alguns problemas, algumas incertezas. Se tivéssemos uma votação hoje, seguramente não teríamos respaldo dentro do Governo para um encaminhamento favorável à aprovação da proposta de emenda constitucional, ainda que fosse só para perenizar o FUNDEB.

O FUNDEF — e o FUNDEB — foi incluído no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias porque já havia a perspectiva de que a sociedade passaria por transformações importantes, tanto no plano demográfico quanto no plano fiscal, e haveria de se reservar espaço para que o legislador do futuro se mostrasse melhor do que o legislador do presente. Pedro Malan, Ministro da Fazenda do Governo Fernando Henrique, dizia que temos a pretensão de sermos



sempre melhor do que o legislador do futuro. Então, queremos colocar tudo na Constituição, para impedir que o legislador do futuro legisle de diferente forma.

Mas isso de que educação precisa de dinheiro, de que educação é intensiva em dinheiro e mais intensiva ainda em pessoal, em capital humano, é um diagnóstico. Ninguém precisa demonstrar isso. Já está impregnado. Todo mundo já está mais do que convencido. Eu queria lembrar um pouco a saga da busca de garantia de recursos para a educação. Para eu não voltar às caravelas, vamos começar com a Emenda Constitucional nº 24, de 1983, a Emenda Calmon, que vinculou 13% dos impostos para a educação. Depois, na Constituinte, passou-se para 18% para a União e 25% para os Estados e Municípios.

Posteriormente, esqueceu-se do detalhe de vincular o dinheiro da educação ao aluno, tanto que o País passou a primeira metade da década de 90 empurrando aluno de um lado para outro feito saco de batata. O diagnóstico que deu origem ao FUNDEF era de que o aluno era algo de que todo mundo queria distância. Os Municípios mais ricos do País, especialmente em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, lograram empurrar essa despesa para os Estados, e os Municípios mais pobres do País, no Nordeste, não lograram empurrar essa despesa para os Estados.

O diagnóstico que deu origem ao FUNDEB já está mais do que clarificado e pacificado: representou um disciplinamento na concorrência. Uma das coisas mais difíceis de administrar no Governo é a chamada competência concorrente. Quando algo é de competência concorrente de Municípios e Estados ou Estados e União, tendemos a uma guerra pela desoneração da obrigação e outra pela apropriação dos meios.

A educação passou por um ciclo. Houve a Emenda Calmon, a Constituição, o FUNDEF, e com ele se fez uma grande distribuição de recursos proporcional à distribuição de responsabilidade pelos alunos, mas a União entrou com pouco dinheiro. Apenas poucos Estados tiveram aporte importante de recursos da União.

Quando foi discutido o FUNDEB, a educação infantil e o ensino médio foram incorporados. O bolo cresceu e o aporte da União cresceu muito significativamente. Na época do FUNDEF, acho que nunca se gastou, em valores nominais, mais do que 300 milhões de reais no ano com complementação. No FUNDEB, está em 13



bilhões, 15 bilhões de reais no ano. Só não cresceu mais porque, com a recessão dos últimos 3 anos, a arrecadação estagnou e interrompeu o ciclo de crescimento.

A educação fez, pelo menos desde trinta e poucos anos atrás, opção preferencial pela vinculação de recursos — impostos, complementação mínima da União —, enquanto outros setores do Governo trilharam outros caminhos, especialmente a nossa grande concorrente dentro da área social, a saúde, que foi para a linha de obrigação de gastos. A Emenda Constitucional nº 29, de 2000, determinou que o gasto da União com saúde nunca poderia ser inferior ao do ano anterior, corrigido pelo PIB nominal. Isso parece ter sido uma garantia mais eficaz de recurso para a saúde do que foi a vinculação de receitas, que sempre foi o mote, a bandeira da educação.

O FUNDEB vai valer até 2020. Vamos ter que substituir o fundo. Vai ser muito difícil, pelo menos, que essa conversa comece para valer dentro do Governo. Ele não é uma federação de Ministérios. Não adianta o Ministério da Educação dizer que é tudo pela educação, apliquem 50% ou 80%. Quando a coisa for encaminhada, vai haver um debate interno e vai se chegar a uma formulação consensual.

É bom que tenhamos tempo para isso. Se tivéssemos que colocar em votação na semana que vem, com esta enorme incerteza quanto à capacidade de se aprovar a reforma da Previdência e se desarmar o sugadouro de recursos públicos que as três previdências representam hoje, eu trabalharia com a possibilidade de veto do Governo no encaminhamento desse assunto.

Como temos 3 anos, acho que temos que sofisticar um pouco mais essa análise e, por exemplo, pensar na possibilidade de migrar da lógica de vinculação de receita para a lógica de garantia de investimento, de aplicação mínima por aluno, sem entrar no mérito de como vai ser resolvida essa equação orçamentária dentro do Governo — como se resolveu na saúde: a Emenda 29/00 obriga o Governo a tirar dinheiro de onde houver para cumprir o mínimo de investimento em saúde.

Nós temos outro componente que vai acabar pesando — não é o MEC que vai colocar na mesa e brigar por isso —, que é o componente demográfico. Quando se criou o FUNDEF, abrangia o ensino fundamental, de 7 a 14 anos. Era uma política pública que beneficiava potencialmente 18% da população, a população de 7 a 14 anos, dividida pela população total. Quando se passou para o FUNDEB, em





2005, passou-se para uma política pública com potencial de atendimento de 33% da população brasileira, população de 0 a 17 anos, dividida pela população total. Em 2015, a participação dessa população alvo do FUNDEB, na população total, caiu de 33% para 28%. Segundo as previsões do IBGE, em 2020, quando haverá a migração efetiva do FUNDEB para o pós-FUNDEB, essa participação estará em 26% e, em 2030, em 21%.

Então, nós temos a famosa janela de oportunidade da demografia que nos ajudou a adiar o encontro de contas da reforma da Previdência, porque estamos terminando a chamada época de ouro da demografia, que tem a maior participação de população economicamente ativa no total da população. Agora, com a continuidade da redução da fecundidade, temos e teremos cada vez menos crianças chegando. Ainda não me inteirei completamente dos números, mas já ouvi relatos de que, em muitos Estados, as metas de universalização de cobertura da educação infantil serão cumpridas por gravidade: porque haverá menos alunos, eles caberão dentro da rede existente.

Essa última questão que Priscila trouxe nos aflige há muito tempo, e o Estado brasileiro não a enfrentou bem, quer dizer, enfrentou com muito mais dinheiro.

Quando eu saí do Ministério da Educação, em 2002, seu orçamento todo — inativos, universidades, tudo — chegava a 7 bilhões de reais. Hoje chega a 162 bilhões. Só a complementação do FUNDEB são 14 bilhões ou 15 bilhões de reais. Experimentou-se de tudo. Todos os diagnósticos que foram trazidos ao Governo, nos últimos 10 anos, foram enfrentados com vontade de se colocar mais dinheiro: havia problema em transporte escolar, o FNDE só conseguia atender mil Municípios por ano, fez-se um programa de transporte escolar que zerou a fila; havia necessidade de melhor apoio instrumental, gastou-se mais com livro, com informatização; havia necessidade de qualificação do professor, criaram-se pelo menos dois grandes ciclos de qualificação de professor. O PARFOR — Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, ainda está no rescaldo final, e não se chegou lá. Pelos dados do PISA — Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, da SAEB — Sistema de Avaliação da Educação Básica, todos os indicadores continuam patinando.



Passar da forma de intervenção à famosa ação redistributiva e supletiva da União traz consigo, no reverso da moeda, a questão do limite da tutela que a União pode e deve exercer sobre as Unidades da Federação. Então, tenho dúvida se o FUNDEB — ou um FUNDEB 2, mais vitaminado, com mais dinheiro, que não sei de onde tirar, mas supondo que haja — vai chegar a pagar a complementação da União em São Paulo, e há criança pobre em São Paulo, vai chegar a pagar a complementação da União no Rio de Janeiro, e há criança pobre no Rio de Janeiro.

Um desenho de política pública que permita ao Ministério da Educação escolher em que escola e com que intervenção vai ser gastar esse dinheiro adicional é uma tentação muito fácil de cair. Eu participei de governos anteriores. Nos dois últimos eu estava em outras áreas — Meio Ambiente e Fazenda. Vejo muita dificuldade em se resolver internamente o dilema de, a partir de Brasília, a partir do saco de dinheiro do MEC, eu dizer: *“O Município de Perus precisa colocar duas vezes mais dinheiro do que está colocando na escola da Vila Garibaldi”*.

Arranjar uma forma de legitimar isso à luz do pacto federativo, ainda que se consiga dinheiro, é um desafio sobre o qual vamos ter que pensar um pouco mais, conversar mais com pessoas de fora do Governo. As boas soluções quase sempre nascem fora do Governo, e, eventualmente, podem ser disseminadas. Nós contamos muito com a parceria de entidades como Todos pela Educação. E há mais pessoas interessadas em pensar o tema. Mas eu acho essa uma tarefa para além do pós-FUNDEB, que recebe um debate meio interdito, pela incerteza fiscal e pela incerteza da futura reforma tributária.

Tenho muito receio de que nos agarremos nessa boia dos 20% do ICMS, do IPI, do IR e acabemos ficando com 50% de nada. Ao olharmos a evolução da carga tributária de 1997 para cá, vemos que esses impostos perderam muito a participação e podem continuar perdendo.

Temos que pensar um pouco. Não tenho dúvida nenhuma de que precisamos colocar algo no lugar do FUNDEB. É impensável voltarmos à quase barbárie que havia antes de 1997, cada um cuidando do seu dinheiro, empurrando os alunos para o vizinho. Que fórmula usar para garantir na Constituição esse dinheiro? Como superar esses outros desafios? Fazer o FUNDEB chegar aonde ele não chega, só pela sua concepção original, é algo que ainda vamos ter que conversar mais.



O MEC está à disposição. Espero ter outras oportunidades de vir aqui conversar mais, principalmente quando já tivermos condições de falar algo mais concreto e de trazer menos diagnóstico.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Thiago Peixoto) - Luciano, obrigado pela participação. Você traz para esta Comissão muita experiência, como disse, tanto do MEC quanto de outros Ministérios. Isso é muito importante para vermos os próximos passos com relação ao FUNDEB.

Uma coisa em que eu queria tranquilizá-lo, mesmo com toda a experiência que tem, é que existem poucos temas que podem unir de fato o Congresso Nacional. Sem dúvida nenhuma, o FUNDEB é um. Eu não teria dúvida alguma de dizer que, com ou sem apoio do Governo, nós conseguiremos sim aprovar a permanência do FUNDEB e torná-lo perene na Constituição. E faremos isso.

Eu entendo — e lhe peço que leve essa sugestão — que o Ministro tem uma grande oportunidade de olhar um pouquinho além da sua gestão, que terminará em 2018. Esta é a maior oportunidade que ele pode ter. Ao trazer propostas, ao construir essa nova legislação do FUNDEB neste momento, com um bom debate, ele terá condições de ser aquele que construiu isso e que deixou um legado importante para o País. Nós não queremos que o Ministro de plantão contribua com o FUNDEB. Nós precisamos de um Ministro que tenha visão de educação perene e que contribua com o FUNDEB.

Tenho certeza de um ponto que você colocou aqui. Vamos supor que o Congresso aprove essa PEC, e vai aprovar. Eu duvido muito que o Presidente da República vete uma PEC aprovada com 308 votos ou mais de Congressistas. Duvido muito que o Ministro da Educação, que é desta Casa, dê essa sugestão. Eu entendo que temos que construir um caminho para buscar mais recursos, para buscar equidade. Mas, jogar para frente, não encarar isso neste momento, eu acho que não é uma alternativa que o Ministério deve considerar.

Passo a palavra, por 20 minutos, à Sra. Mariza Abreu, Consultora de Educação da Confederação Nacional de Municípios — CNM.



**A SRA. MARIZA ABREU** - Bom dia a todos, especialmente aos Deputados Thiago Peixoto, Professora Dorinha Seabra Rezende e Raquel Muniz. Em nome da direção da CNM e do Presidente Paulo Ziulkoski, aqui presente, agradeço o convite.

Eu gostaria de dizer aos senhores que, para os Municípios, o financiamento da educação, como todas as questões relativas à educação básica, é fundamental.

A CNM participou ativamente — não é, Presidente Paulo? — do debate da substituição do FUNDEF pelo FUNDEB. Esse tema é de tal importância para as gestões municipais que já está funcionando há uns 4 ou 5 meses um grupo de trabalho, constituído por iniciativa da diretoria, inclusive com consultores externos, como José Carlos Polo e Ricardo Martins, para discutir a questão.

A nossa perspectiva é aprofundar o debate. Nesse sentido, nós gostaríamos de parabenizar a Comissão pelo conjunto de audiências públicas que vem fazendo, entendendo que a substituição do FUNDEF por outro fundo é fundamental. Eu até me lembrei de que participei de audiência pública no Senado Federal em abril de 2015, representando a CNM, em que estavam presentes o Conselho Nacional de Secretários de Educação — CONSED, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação — UNDIME, o Ministério da Educação e Cultura — MEC. Houve a unanimidade naquela audiência, já em abril de 2015, de que seria um desastre para a educação brasileira voltarmos à situação anterior à existência do FUNDEF, substituído depois pelo FUNDEB.

Ao mesmo tempo, nós entendemos que este é o momento de se aprofundar o debate para aperfeiçoar o financiamento. Seria um equívoco se apenas reproduzíssemos o que nós temos. Nós precisamos de mais mecanismos redistributivos, mais promoções de qualidade e de equidade.

Como temos tempo, eu gostaria de lembrar os senhores de que a PEC do FUNDEB foi votada em dezembro de 2006, que o FUNDEF acabava em 1º de janeiro de 2007, e que a Lei de Regulamentação veio por medida provisória — não havia tempo —, para que não houvesse descontinuidade do processo, transformada em lei pelo Congresso Nacional em meados de 2007.

Então, nós precisamos aprofundar esse debate e não ter pressa demais. Por isso, este conjunto de debates é fundamental.



Há um conteúdo maior nas transparências do que o que estou falando, mas sabemos que elas ficam no *site* da Câmara dos Deputados.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Nós precisamos discutir o FUNDEB no contexto do financiamento da educação brasileira, que tem recursos vinculados, salário-educação e transferências de recursos federais para Estados e Municípios, na forma de transferências legais e transferências voluntárias.

Nós estamos muito preocupados no nosso grupo de trabalho, e com o apoio do Presidente Paulo e da Diretoria da CNM, em fazer um diagnóstico o mais preciso possível, para que possamos apresentar propostas consequentes e viáveis que efetivamente venham a melhorar o financiamento da educação.

Um dos textos de que gostamos, e que trazemos, é um estudo feito pelo MEC, divulgado em 2015, sobre o qual tenho a impressão de que um ex-Secretário da SASE — Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino já falou aqui.

Eu vou destacar três aspectos.

Primeiro, considerando recursos vinculados fora do FUNDEB, como salário-educação e transferências legais, o FUNDEB corresponde a 63% dos recursos para o financiamento da educação básica pública brasileira. Então, ele é fundamental, mas não é tudo. Nós temos que discutir o financiamento da educação brasileira e o FUNDEB no contexto do conjunto dos recursos disponíveis.

Segundo a conclusão desse estudo, que está disponível no *site* do Governo Federal, em 2015, considerando esses recursos ainda sem as transferências voluntárias, já se teria dinheiro suficiente no Brasil para garantir o Custo Aluno-Qualidade. O problema é que, apesar dos efeitos positivos do FUNDEF e do FUNDEB, esses recursos continuavam ainda mal distribuídos. Cinquenta e cinco por cento das redes municipais e 93% das redes estaduais teriam os recursos necessários. E esse estudo conclui com a necessidade de mais função redistributiva, especialmente a exercida pelo Governo Federal.

Os senhores não vão conseguir enxergar esses dados, mas depois podem consultá-los na Internet.

Há aqui vários diagnósticos. Trata-se de um estudo, que também está disponível no *site* do Senado Federal, de um consultor do Senado Federal, o Marcos



Mendes, que mostra a evolução dos gastos do Governo Federal com a educação brasileira entre 2004 e 2014.

Vejam que os gastos com a rede profissional e tecnológica do Governo Federal aumentaram 1.533%, e a complementação da União ao FUNDEB aumentou 1.205%. Ela está constitucionalizada. Enquanto as receitas cresciam significativamente e a contribuição de Estados e Municípios aumentava para o FUNDEB, a complementação da União tinha que aumentar mesmo. Depois do FIES, elas aumentaram 1.110%. Enquanto isso, o apoio ao transporte aumentou 120% e o apoio à alimentação escolar aumentou 113%.

Então há um desbalanceamento dentro dos gastos do Governo Federal entre educação superior e tecnológica e educação básica. E o próprio colega do Senado Federal Marcos Mendes conclui isso com esse gráfico.

Em 2004, o Governo Federal gastava 55% com a educação superior profissional, 45% com a básica, mas isso se inverteu. Diminuiu-se o percentual da educação básica para 37% em 2014.

Nós estamos buscando fontes com todos os estudiosos da educação brasileira.

Esse é um estudo do Tribunal de Contas da União — TCU, que mostra a evolução dos gastos do Governo Federal com a educação básica entre 2010 e 2013. Vejam que a que mais cresceu foi a complementação ao FUNDEB. Em compensação, a segunda que mais cresceu foi a infraestrutura, que são as obras do PROINFÂNCIA, de quadras esportivas, enfim, todas essas que têm sistematicamente dificuldades de implementação.

Aliás, o Presidente Paulo deu uma entrevista ontem para a imprensa brasileira, falando das obras inacabadas, teoricamente financiadas pelo Governo Federal, que os Municípios depois não conseguem terminar por “n” problemas de falta de repasse de dinheiro e de desenho do modelo do programa.

Em compensação, os senhores podem ver que a alimentação escolar e o transporte tiveram o volume total de dinheiro do Governo Federal diminuído entre 2010 e 2013. Por que isso, senhores? Porque o *per capita* continua igual e a matrícula da educação básica diminuiu.



Para concluir, temos um estudo do Cláudio sobre gastos da educação brasileira. O Ricardo me chamou a atenção, inclusive, para a complementação da União ao FUNDEB, que faz parte dos gastos da União relativos ao Custo Aluno-Qualidade no Brasil, mas essa lâmina do Cláudio tem para mim uma função fundamental. Ela mostra que o Governo Federal, nas transferências feitas aos Estados e Municípios, tem mais recursos alocados nas chamadas transferências discricionárias ou voluntárias e menos volume de dinheiro nas chamadas transferências legais, incluídos transporte, merenda e dinheiro direto na escola.

Se acompanharmos a evolução do FUNDEB, vemos, no quadro de cima, a contribuição dos Estados e a dos Municípios e, no quadro de baixo, a receita, quanto os Estados e os Municípios recebem do FUNDEB. Os Estados contribuem com mais do que os Municípios, e os Municípios recebem mais do que os Estados. No início, em 2010, o primeiro ano em que ele está completo na implantação gradativa do FUNDEB, os Municípios recebiam 52%, e os Estados, 47%; em 2017, os Estados recebem 42%, e os Municípios, 57%.

Por que isso? Em primeiro lugar, pela cesta de recursos de impostos que formam o FUNDEB. Isso aqui é da apresentação feita aqui pela colega do FNDE. Hoje, na cesta de recursos do FUNDEB, 58,8% correspondem ao ICMS — e já foram 60%. Ora, como do ICMS ficam 75% com o Governo do Estado e 25% são redistribuídos para os seus Municípios, os Estados terminam contribuindo mais do que os Municípios para a cesta que constitui os impostos do FUNDEB. Ao mesmo tempo, os Municípios vêm aumentando cada vez mais a sua participação na oferta da educação básica brasileira.

O que é o ano de 1997? É o primeiro ano após a aprovação da emenda do FUNDEF. Na realidade, o FUNDEF só começou a funcionar no Brasil como um todo em 1998. Vemos depois a matrícula de 2005, a última matrícula do FUNDEF, a utilizada na redistribuição dos recursos em 2006; a matrícula de 2009, utilizada na redistribuição dos recursos do FUNDEB em 2010, o primeiro ano em que ele está completo; e a de 2016, a utilizada neste ano. Os Municípios tinham 40% das matrículas, o que chegou a 59%, da educação básica como um todo, pública. Os Estados tinham 59%, o que baixou para 40%. Houve uma inversão. Os senhores percebem? Com o início do FUNDEB, como havia mais alunos — até hoje isso



ocorre — de ensino médio do que de educação infantil, isso se reverteu em favor dos Estados. O valor dos Estados subiu de 40% para 45%, o dos Municípios desceu de 59% para 54%. Só que, ao longo do processo, de novo se vê uma municipalização do ensino: os Municípios têm hoje 58%, e os Estados têm 41%.

E mais ainda, senhores: na vigência do FUNDEB, a única matrícula que efetivamente cresceu foi a da creche. Os senhores estão vendo ali 2006 e 2016, a creche estadual e municipal, a pré-escola, os anos iniciais, os anos finais, o ensino médio e o total. O total diminuiu. Isso não é problema — é o bônus demográfico, Luciano —, porque não houve redução das taxas de atendimento, embora ainda exista um número significativo de brasileiros nessa faixa etária que deveriam estar na escola, e que estão fora. A única matrícula que efetivamente cresceu, que subiu de 916 mil para 2 milhões e 80 mil, foi a da creche. A da pré-escola diminuiu, a dos anos iniciais aumentou ali menos de 100 mil alunos — isso é a passagem das crianças de 6 anos da pré-escola para o 1º ano —, e a do ensino médio diminuiu também. Como os senhores podem ver, diminuiu de 7 milhões e 700 mil para 6 milhões e 900 mil.

Sempre faço questão de lembrar que o FUNDEB foi apresentado à sociedade brasileiro como a hora e a vez do ensino médio. O que aconteceu com o ensino médio durante a vigência do FUNDEB? A matrícula diminuiu, as taxas de atendimento continuaram na mesma tendência de crescimento, não houve nenhuma aceleração, e no caso do ensino médio, o IDEB está literalmente estacionado nos anos de 2011, 2013 e 2015.

E mais ainda: a única etapa da educação básica brasileira em que há mais matrícula em tempo integral do que em tempo parcial é justamente a creche, que foi a que cresceu e que é de responsabilidade dos Municípios brasileiros.

Para fazer uma avaliação dos efeitos do Fundo, estamos trazendo os estudos do INEP que colegas já apresentaram — o Jorge Abrahão, por exemplo, já os apresentou aqui —, só para os termos presentes. O FUNDEF e o FUNDEB tiveram um resultado importante na redução das desigualdades regionais brasileiras. O valor por aluno entre os Estados brasileiros diminuiu. Eu selecionei do estudo do FUNDEB as diferenças — eles é que fizeram essa seleção — entre Maranhão, o Estado de menor quantidade de recursos, e São Paulo, o Estado com mais recursos,





considerando matrículas, tem mais matrículas; as diferenças que eles teriam com e sem complementação da União no ano de 2007 e no ano de 2014. Há uma redução significativa das diferenças entre os valores por aluno/ano do FUNDEB entre as unidades federadas brasileiras.

Mais do que isso: o mais importante — é um pouco do que a Priscila já indicou também — é a redistribuição de recursos do FUNDEB dentro de cada unidade federada brasileira, porque são 27 os fundos. O Aléssio ainda dizia isso hoje lá na audiência do Senado. Esse estudo do INEP nos mostra o que os senhores veem aí. No total dos Municípios, 59,7% ganham recursos com o FUNDEB. O que significa ganhar? Ter um retorno de no mínimo 10%, ou mais, do valor com que contribui. Empatar é o retorno ficar na faixa de menos 10% mais 10%. E perder é ter um retorno de no mínimo 10% a menos ou mais do que isso. E 28% dos Municípios perdem e 12% empatam. Mas há uma questão muito séria aqui, que vários estudos levantam: entre os pequenos, 71% perdem. Os Municípios menores têm perda de recursos com o mecanismo redistributivo do FUNDEB.

Ao mesmo tempo, o INEP — eu não vou tratar detalhadamente disso — faz outro estudo da relação de perdas e ganhos com os indicadores socioeconômicos e chega à conclusão de que, entre 2008 e 2011, há a tendência geral de que, quanto maiores os ganhos com o FUNDEB, pior a situação socioeconômica e educacional dos Municípios. Então há um efeito redistributivo de valor por aluno, e esse efeito redistributivo tem um componente social importante, mas ainda insuficiente. É essa a nossa questão.

Em relação aos Municípios de pequeno porte — olhem que interessante —, vários estudos chegam às mesmas conclusões: o estudo do INEP que diz que 71,6% dos Municípios de até 5 mil habitantes perdem recursos; o estudo sobre São Paulo, do qual participou a Úrsula Peres, que vem aqui, está prevista sua participação em uma audiência — está citada aí a fonte —, que diz que, em São Paulo, Municípios mais pobres, com receita concentrada no FPM, redistribuem recursos para Municípios de grande porte; e o estudo feito no Rio Grande do Sul que diz que os fundos terminaram em algumas situações tendo um efeito Robin Wood às avessas principalmente para os Municípios pequenos, cuja principal receita é o



FPM. Para os Municípios pequenos, o efeito do FUNDEB é o de desfazer o efeito redistributivo do FPM.

Para os senhores terem uma ideia, Presidente Paulo, na discussão da passagem do FUNDEF para o FUNDEB, a CNM dizia, com muita ênfase, que os Municípios saíam perdendo, porque se colocaria na balança dos Estados o conjunto das matrículas do ensino médio e na balança dos Municípios a matrícula do ensino infantil; que havia muito mais de ensino médio e que haveria uma perda relativa de recursos.

O estudo desse professor da Universidade de Passo Fundo — foi o Ricardo que descobriu pela Internet o estudo dele... Não, ele é professor da Universidade de Passo Fundo, defendeu tese de doutorado na Universidade de Santa Cruz do Sul, na pós-graduação, em Desenvolvimento Regional. Até sugiro que o convidem para vir aqui, ele já está articulado conosco e vai nos ajudar também a pensar. Ele fez um estudo para o Rio Grande do Sul e chegou à conclusão de que, se em 2006, último ano de vigência do FUNDEB, a rede estadual repassava para os Municípios 14,1%, logo que o FUNDEB entrou em vigência, essa transferência caiu para 7,2% e, mesmo em 2014, quando ela aumentou pela melhoria da ponderação da creche integral, que tem mais matrículas, e pelo crescimento da matrícula da creche, ela chegou a 12,5%. Então, em relação ao FUNDEF, os Municípios passaram não a perder no seu conjunto, mas a ganhar menos do que os Estados transferiam para eles.

Quais são as nossas conclusões em relação a isso? Primeiro, sobre tornar um mecanismo de financiamento como o FUNDEB um mecanismo permanente, há um relativo consenso. Acho que nem todo mundo concorda. Eu já tive conversas com alguns colegas servidores de Secretarias Estaduais de Fazenda que gostariam muito de diminuir a contribuição de ICMS dos seus Estados para o Fundo, até porque todos sabemos da dificuldade em que vários Governos Estaduais estão. Eles não têm nem coragem de dizer isso publicamente, pelo menos até agora. Segundo, sobre aumentar a complementação da União ao FUNDEB, também há certo entendimento. E, terceiro, revisar a distribuição dos recursos do Fundo — isso foi desde a audiência de abril de 2015 —, porque não há fundamentação técnica para as ponderações...



Eu participei, junto com a Deputada Professora Dorinha, pelo CONSED, da comissão intergovernamental. Há uma disputa de recursos entre Estados e Municípios com o Ministro da Educação arbitrando, porque, cada vez que aumenta a ponderação de uma etapa que é dos Estados, aumenta o dinheiro para o Estado; se aumenta a ponderação de uma etapa que é dos Municípios, aumenta o dinheiro para os Municípios. Como esse é um fundo único, toda vez que aumentamos uma ponderação, proporcionalmente estamos diminuindo os recursos para todas as outras. Mas ninguém tem coragem de diminuir isso de nenhuma, só aumentamos, só aumentamos. E agora isso já chegou a um patamar em que faz 3 anos que não se mexe mais nas ponderações.

Então nós entendemos que é necessário — agora são posições da CNM — potencializar o efeito redistributivo do financiamento da educação básica como um todo, no País e no interior de cada Estado; que não temos que limitar o debate ao Fundo, mas temos que tratar também das transferências legais e voluntárias da União; que precisamos assegurar maior participação da União no financiamento, não só na complementação ao Fundo, mas também nas transferências; e que precisamos garantir — essa é uma luta antiga — recursos federais para a integralização do piso por fora do FUNDEB, para todos os entes federados que efetivamente comprovem a necessidade, não só para aqueles nove Estados que recebem hoje a complementação da União ao FUNDEB.

Em relação ao FUNDEB, nós entendemos que neste momento — colega Luciano, o colega José Roberto Afonso também trouxe isso — existe uma discussão sobre a mudança da estrutura tributária brasileira. Mas o FUNDEB vai até 2020. Nós não podemos ficar esperando a reforma tributária para redefinir o financiamento à educação. Agora, nós temos que discutir o financiamento da educação de olho na reforma tributária, porque quando muda lá, tem que mudar aqui também. Nós temos que fazer essa discussão articulada, mas não podemos ficar esperando.

Nós não achamos que se deva mexer muito na receita do FUNDEB atual. Aumentar para mais de 20%, com os Governos Estaduais do jeito como estão, vai ser muito difícil. E colocar os impostos municipais é meio tecnicamente inviável. Como é que vamos fazer? Cada Município vai passar o dinheiro para quem?



Ao mesmo tempo, nós defendemos que tem que haver um maior efeito redistributivo no interior de cada Estado, por grupos de Municípios, conforme indicadores de capacidade fiscal, condições socioeconômicas e custo de vida. E nós não somos os únicos que estamos dizendo isso.

Aqui, numa audiência, esse colega Secretário de Educação de Mirabela, em Minas Gerais, já disse: *“Repensar o valor do repasse por aluno do FUNDEB dos Municípios do interior para capital”*. Mas não é só interior e capital. São cidades que têm receitas próprias significativas ou que têm um enorme repasse de ICMS, porque são sede de uma refinaria, porque são sede de um polo petroquímico ou de um polo metal-mecânico. É mais complexo do que interior e capital.

E esse colega do Rio Grande do Sul chegou a dizer, com estas palavras: *“O novo Fundo deve contemplar critérios de distribuição segundo heterogeneidade dos Municípios e regiões”*. Inclusive, ele diz uma coisa que nós dissemos sempre. O FNDE já faz isso, por exemplo, no programa do transporte escolar. Ele já define quatro valores *per capita* diferentes para o Brasil, só que, claro, de acordo com critérios de interesse: transporte, área geográfica, população rural, etc.

Estou terminando. Segundo, nós defendemos que deve existir apenas um valor anual por aluno para toda a educação básica obrigatória, da pré-escola ao ensino médio regular, com variação entre urbano e rural, e de educação especial, porque ela tem que ser fundamentalmente inclusiva. Mas defendemos um tratamento diferenciado para creche, para jornada integral e para educação profissional.

Vejam que essas três etapas ou modalidades são mais caras exatamente pelas mesmas razões: uma relação de alunos por profissional da educação menor, devido à necessidade de mais equipamentos.

E é muito interessante observar como as coisas ocorrem na vida. Isso, na realidade, já existe. O Governo Federal criou o Brasil Carinhoso, que hoje é um problema. Nós acabamos de receber um *e-mail* dizendo que há “x” Municípios que ainda não receberam dinheiro este ano do Brasil Carinhoso. Isso é o quê? É repasse do Governo Federal para manutenção e custeio de creches — não é para construção de obras — e para todos os Municípios brasileiros, não só para os Municípios dos Estados com complementação da União ao FUNDEB.



Quando o Governo Federal cria o Programa Mais Educação, recursos extras ao FUNDEB vão para a implantação do tempo integral em todos os Estados brasileiros, não só naqueles com complementação ao FUNDEB. Então, nós estamos defendendo que deve haver tratamento desse tipo para essas três etapas ou modalidades.

E há possibilidade de financiamento da creche. Aliás, quem estava aqui ou já estava na gestão educacional lembra que, quando a PEC do FUNDEB, do Governo Federal, veio para cá, não havia creche. Isso foi uma das coisas que esta Casa, que o Congresso Nacional, modificou. A redistribuição dos recursos também não respeitava a área de atuação prioritária de Estados e Municípios fixada na Constituição Brasileira. Foi o Congresso Nacional que retomou a redistribuição de recursos pelas áreas de atuação prioritária.

Então nós estamos discutindo e levantando a possibilidade de que a creche tenha recursos para o financiamento não só da educação — a creche não é obrigatória, é educação e cuidado juntos —, mas também para a educação profissional.

Por fim, ficamos muito satisfeitos de ver que o colega que representou a Frente Nacional de Prefeitos falou também sobre a defesa da representação dos Municípios, pelas entidades de Prefeitos, na Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação.

Em relação às transferências da União, sempre vamos falar disso: limitar o volume de recursos para transferências voluntárias e aumentar o volume de recursos para as transferências legais. Se o Governo Federal repassar mais dinheiro para transporte, mais dinheiro para merenda, mais dinheiro para manutenção das escolas via Programa Dinheiro Direto na Escola — PDDE, Prefeitos e Governadores terão dinheiro para fazer as obras.

Segundo, nós queremos que esses programas também sejam redistributivos. Por que só o do transporte é redistributivo? Por que a merenda escolar tem que ser para a mesma renda *per capita* para o Brasil inteiro, sem considerar as condições de vulnerabilidade da população e de capacidade fiscal dos respectivos governos?

Srs. Deputados, há projetos de lei tramitando aqui. Selecionamos dois: o de 2009 é de um Deputado que foi Prefeito, Manoel Junior; e o de 2015 é da Comissão



Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo. O que esses projetos propõem? Reajuste anual das transferências legais da União pela inflação.

Permitam-me a franqueza — o Presidente Paulo sempre me ouve dizer isso —, mas, quando questionamos o pacto federativo no Brasil, não é só o Executivo, é o Congresso também, porque, quando o Congresso vota o piso do magistério, vota um critério de reajuste anual acima do crescimento da receita. Quando ele vota as leis do transporte e de merenda, não há critério de reajuste, e o Governo Federal reajusta quando quer, do jeito que quer.

Isso é uma questão muito séria na prestação de contas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE. Os senhores não imaginam o quanto as resoluções do FNDE ampliam as condições dos entes federados que recebem essas transferências legais da União, quanto deve comprar de tal tipo de alimento, quanto de nutricionista etc. Depois, ninguém tem conta aprovada no FNDE. Por isso o FNDE está entulhado de passivo de prestação de contas.

Queremos que as transferências legais tenham as condições para uso dos recursos definidas na lei, e não mais por resoluções do Governo Federal. Quanto à composição paritária, vários projetos de lei já tramitaram por aqui, de vários governos, mas nenhum governo aceita que o Conselho Deliberativo do FNDE tenha a representação tripartite da União, dos Estados e dos Municípios, afinal, a cota federal do salário-educação só pode ser usada na educação básica. É para o Governo Federal exercer a sua função redistributiva, porque ele decide sozinho como esse dinheiro vai ser utilizado.

Para terminar, concordo com a Priscila: nós precisamos melhorar a qualidade da educação e melhorar a equidade. O financiamento é só a primeira tarefa, a de distribuir. Alocar bem os recursos é o primeiro desafio. O segundo é a valorização do magistério, a qualificação da gestão, o currículo nacional, enfim, a Base Nacional Comum Curricular. Há vários desafios. Mas se não fizermos isso direito, olhem o drama que aconteceu na educação brasileira nos últimos anos: uma fuga de alunos da escola pública para a escola privada. Isso só reverteu nos últimos 2 anos por causa da crise econômica.

Se nós melhoramos as condições de vida da população, aumentamos a distribuição de renda e não melhoramos a qualidade da educação pública, é isso o



que nós vamos fazer. Então, nós precisamos de educação de qualidade e com equidade, como disse a Priscila.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado, Mariza.

Eu queria agradecer também a presença do Presidente Paulo. É um prazer tê-lo conosco. É importante que a Confederação traga essas contribuições por meio da nossa eterna Consultora da Câmara e da Confederação, Mariza Abreu.

Agora passo a palavra por 20 minutos à Denise Carreira, Coordenadora Adjunta da Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação.

Por favor, Denise.

**A SRA. DENISE CARREIRA** - Boa tarde, Presidente, Deputado Thiago.

Eu também queria cumprimentar todos os integrantes da Mesa, bem como todas as pessoas presentes. Cumprimento em especial a Deputada Professora Dorinha e a Deputada Raquel. Muito obrigada pelo convite.

Vou pedir licença também para minha fala. Estou com faringite. Ontem eu estava afônica. Então, vou tentar colocar da melhor forma possível. Preparei uma apresentação com contribuições para esse debate.

Também quero parabenizar a Comissão pela iniciativa de realizar audiências públicas de muita qualidade. Essa é uma contribuição muito importante para uma construção tão fundamental para a educação brasileira.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Eu integro a Ação Educativa, uma organização não governamental de direitos humanos, uma organização que nasce da educação popular latino-americana e tem sede em São Paulo.

Além da ação educativa, eu coordeno a iniciativa De Olho nos Planos. Esta iniciativa reúne várias organizações, entre elas a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação — UNDIME, o Fundo das Nações Unidas para a Infância — UNICEF, a Campanha Nacional e a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação — UNCME, em prol da promoção da participação popular nos planos de educação. Então, essa iniciativa tem como foco a defesa dos planos de educação como principal instrumento do planejamento educacional.



Atualmente também sou Relatora Nacional de Direitos Humanos da Plataforma DHESCA, em missão sobre o impacto da política econômica de austeridade nos direitos humanos. Acho que a Deputada Professora Dorinha insistiu muito para que eu estivesse aqui, principalmente em decorrência do fato de eu ter sido Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação durante o processo de tramitação do FUNDEB nas duas principais etapas, depois o Daniel Cara assumiu a Coordenação Geral. Atuei como parte desse coletivo na articulação do Movimento FUNDEB pra Valer, principalmente naquele momento de 2005 e 2006.

O Movimento FUNDEB pra Valer, que a Profa. Mariza já abordou aqui também, teve como símbolo essa menininha, essa bebê negra. Foi escolhida uma bebê negra, que não estava pedindo o direito à educação, mas exigindo o direito à educação infantil. Na época, como já foi dito, a proposta que veio do Governo Federal não incluía as creches.

E o *slogan* era: *Direito à educação começa no berço e é pra toda a vida*. O objetivo também era reconhecer a importância inclusive da Educação de Jovens e Adultos e das outras etapas e modalidades de ensino. Essa bebê representou esse movimento, essa mobilização nacional que aconteceu nos vários Estados. Foram realizadas também cirandas em várias praças públicas e pesquisas, e foram feitos documentos, ou seja, foi uma mobilização composta por várias atividades.

É importante dizer que essa mobilização se deu num contexto de política econômica desfavorável ao aumento do financiamento educacional, tanto que a proposta que foi encaminhada pelo Governo ao Congresso na época não contemplava as creches.

A complementação de recursos por parte da União para o FUNDEF, à época, era abaixo do que previa a legislação. Havia também no Governo uma forte tensão entre a área educacional e a área econômica e, como eu já disse anteriormente e a Profa. Mariza também já abordou, foi uma proposta de um FUNDEB sem creches, com menos recursos.

Essa Mobilização FUNDEB pra Valer, liderada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, teve um espectro político bem amplo, envolvendo de movimentos sociais, feministas, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra —





MST, o Movimento Interfóruns de Educação Infantil — MIEIB a setores empresariais. Então foi um movimento que articulou um conjunto de forças políticas e que teve todo um esforço suprapartidário no Congresso Nacional, que possibilitou que as creches fossem incorporadas ao Fundo e a outras fontes do FUNDEB. Então a conquista do FUNDEB foi suprapartidária, que contou com todo esse esforço da sociedade civil, tanto propositivo quanto de pressão.

O momento atual: nós estamos na vigência da política econômica de austeridade, que tem levado o País não a um quadro de recessão, mas a um quadro de depressão econômica. É importante dizer que essa discussão, que a política, que o debate sobrepor a política econômica hoje vem sendo sequestrado por um discurso fundamentalista econômico, em que se prega que não existe saída além do ajuste fiscal.

É importante dizer que internacionalmente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional vêm fazendo críticas às políticas econômicas de austeridade, como aquelas que levam o País a gigantescos retrocessos nas condições de vida, que levam os países a uma concentração de renda absurda e a retrocessos na garantia de direitos sociais.

É importante aqui citar o livro *A Economia Desumana — Por que Mata a Austeridade*, que é uma pesquisa internacional bem interessante da Universidade de Oxford, que apresenta uma análise de como a política econômica de austeridade vem afetando os direitos sociais; e o estudo do Fórum 21, da Sociedade Brasileira de Economia Política, intitulado *Austeridade e Retrocesso: Finanças Públicas e Política Fiscal no Brasil*, feito no Brasil, que também é bem interessante, para que possamos ampliar o debate público sobre os caminhos, as políticas econômicas necessárias na perspectiva de garantia dos direitos sociais.

O orçamento tem que estar a serviço da Constituição brasileira. Esse é um grande desafio que as políticas de austeridade sempre questionam. É muito importante dizer que são políticas que pregam a concentração de renda. Esse estudo da Universidade de Oxford aponta isso nos 13 países que foram analisados, mostra justamente o impacto nas políticas sociais.



Bom, num país profundamente desigual como o nosso Brasil, a política econômica de austeridade tem gerado acirramento de desigualdades e retrocesso nos indicadores sociais.

Vinculada a esse desafio da política de austeridade, nós temos a Emenda Constitucional nº 95, que já foi comentada aqui — não vou me deter muito nela. Ela representa um grande retrocesso para o País, inviabiliza a implementação do Plano Nacional de Educação como o grande instrumento de planejamento da política educacional.

É bom lembrar que o PNE é uma conquista da sociedade brasileira e representa também o esforço suprapartidário desta Casa em prol do direito humano à educação de qualidade.

A Emenda Constitucional fere o art. 206 da Constituição Federal e o PIDESC — Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, do qual o Brasil é signatário.

Qual é o conceito-chave do PIDESC? A realização progressiva dos direitos humanos. Segundo esse Pacto, o Estado tem o dever de, ano após ano, promover melhorias nas condições de vida de sua população. “Realização progressiva” significa que não pode haver retrocessos na realização dos direitos, significa que o Estado deve tomar medidas legislativas, legais e aplicar o máximo de recursos disponíveis em políticas públicas para garantir a universalização dos direitos à população.

Esse é um ponto muito importante. Quando falamos sobre os marcos legais de que o Brasil é signatário, num quadro como este, de grande retrocesso nos indicadores sociais, o PIDESC é a chave que justamente dá a base para a necessidade de ampliação de recursos, de um financiamento adequado às políticas sociais.

O grande desafio é defender o Plano Nacional de Educação como instrumento efetivo para o salto da qualidade educacional e a garantia do direito humano à educação.

Todas as propostas que vou apresentar a seguir têm a ver com isso.



Deputado Thiago, agora vou citar algumas contribuições propositivas para a discussão do FUNDEB, assim como fizeram os outros palestrantes que estão participando desta audiência.

Primeiramente, quero dizer que a construção do novo FUNDEB representa a oportunidade de retomarmos as condições de financiamento do PNE, em especial a viabilização do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQI) e do Custo Aluno Qualidade (CAQ), previstos na legislação, especialmente no PNE.

Isso é muito importante. Nós que atuamos em movimentos pelo direito à educação, depois do que aconteceu com a Emenda Constitucional nº 95, identificamos que a construção do novo FUNDEB é uma grande oportunidade para retomarmos as condições de financiamento do PNE, considerando inclusive que a complementação da União ao FUNDEB está fora dos efeitos da emenda constitucional.

Nós entendemos o FUNDEB como padrão mínimo de qualidade e, portanto, Custo Aluno Qualidade Inicial. Entendemos também que o FUNDEB deve viabilizar o CAQI progressivamente. Essa é a nossa perspectiva de abordagem.

Seguindo essas proposições, como já foi dito aqui pela Priscila e pela Profa. Mariza, nós entendemos que o novo FUNDEB deve significar um avanço no caráter redistributivo, ou seja, deve aprimorar os mecanismos redistributivos do novo Fundo.

Reforçando e ressaltando também contribuições dadas aqui em audiências públicas, afirmo que há necessidade da complementação da União — de 10% para 50% do novo Fundo.

Também entendemos a necessidade de se preverem no texto os insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem, conforme proposta da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e o parecer de 2010 do CNE. Destacamos aqui a valorização das profissionais e dos profissionais de educação.

Identificamos como fundamental rever os fatores de ponderação das etapas e modalidades de ensino, na perspectiva de que elas respondam aos custos reais, com destaque para a educação infantil, sobretudo as creches, a Educação de Jovens e Adultos, a educação do campo, a educação especial, também incluída a educação integral.



É importante também investir mais recursos em territórios com indicadores sociais mais desafiantes, na perspectiva da equalização. Isso tem muito a ver com a proposta que Priscila trouxe, que retoma a elaboração do Custo Aluno Qualidade, publicada pela Editora Cortez no livro da Campanha, assinado pelo Prof. Marcelino e por mim, mas fruto de um trabalho coletivo. Refiro-me à proposta do chamado CAQ Plus. Seria um valor além do CAQ Inicial — um valor a mais —, destinado a territórios com indicadores sociais mais desafiantes. Então, nós defendemos aqui a importância de que, no texto do novo FUNDEB, seja retomada a proposta do CAQ Plus, na perspectiva da equalização, mirando sobretudo os territórios com os piores indicadores sociais.

Com relação ao Controle Social, nós entendemos ser fundamental fortalecer os Conselhos do FUNDEB, dotando-os de estrutura própria de poder de decisão. Os mecanismos de controle social precisam ser aprimorados no novo Fundo. O fortalecimento dos Conselhos, com mais poder e com condições de trabalho, é um ponto fundamental.

Aqui também trazemos a proposta de que o texto do novo FUNDEB preveja o estímulo, por parte de Municípios, Estados e da União, de processos de autoavaliação institucional participativa das escolas, como previsto no art. 11 do Plano Nacional de Educação, visando ao aprimoramento do controle social dos insumos previstos no FUNDEB, à gestão democrática, à avaliação educacional e ao monitoramento dos Planos de Educação.

Deputado Thiago, quero dizer que a iniciativa De Olho nos Planos, que reúne esse conjunto de parceiros, vem defendendo, inclusive no Fórum Nacional da UNDIME — União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, do qual participamos recentemente, a regulamentação da autoavaliação participativa das escolas. Nós entendemos que esse é um mecanismo fundamental, é um processo fundamental, para fortalecer o controle social inclusive do FUNDEB. As escolas participam de processos de avaliação da sua qualidade, da situação dos insumos, da forma como os recursos estão chegando à ponta, na perspectiva de trazer elementos para os Conselhos do FUNDEB e para o processo de monitoramento dos Planos de Educação. Nós entendemos que essa seria uma inovação também do novo Fundo, a de prever o estímulo, por parte de Municípios, Estados e União, de



processos de autoavaliação institucional participativa das escolas, em sintonia com o art. 11 do PNE.

Mostro aqui dois materiais que foram lançados no Fórum Nacional da UNDIME, que aconteceu recentemente, no mês de agosto, em Fortaleza. A iniciativa De Olho nos Planos, que a Ação Educativa integra e coordena, lançou a campanha *Autoavaliação Participativa da Escola — Multiplicando as Rodas pelo Direito à Educação de Qualidade no País*. Há um conjunto de materiais disponíveis no portal De Olho nos Planos para apoiar os Conselhos Municipais de Educação a regulamentarem a autoavaliação participativa.

Como parte desse material, nós elaboramos uma proposta de deliberação, um subsídio para Conselhos Municipais e Estaduais no processo de regulamentação da autoavaliação participativa escolar.

Também como parte dessa campanha construímos um vídeo em que explicamos como funciona a autoavaliação participativa e como ela contribui para os processos de monitoramento dos Planos de Educação e para o aprimoramento do controle social na ponta, inclusive dos insumos.

Eram essas as nossas contribuições.

Nós entendemos que neste momento é fundamental que o Congresso Nacional seja ousado na perspectiva da garantia do direito humano à educação. Precisamos defender os Planos de Educação, precisamos defender o Plano Nacional de Educação. Compreendemos que o novo Fundo constitui uma oportunidade e um mecanismo fundamental para a garantia das condições para a concretização de fato dos Planos de Educação, especialmente do Plano Nacional de Educação, e contribuirá para a garantia do direito humano à educação e o enfrentamento das profundas desigualdades do nosso País.

Muito obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado.

Antes de passar a palavra à Relatora, a Deputada Professora Dorinha, vou fazer uma pequena observação.

O FUNDEB é tão forte que, se analisarmos as propostas do Todos Pela Educação e a proposta apresentada pela Denise, veremos que são similares às



propostas da Campanha e que, que pela primeira vez na vida, eles concordam em quase 100% em tudo. Isso tem que ser considerado.

A Deputada Professora Dorinha está com a palavra.

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - Bom dia a todos.

Eu gostaria primeiro de agradecer a todos pela presença e pela disponibilidade. Nós que estamos já na 16ª audiência sabemos da dificuldade para a composição das agendas. A CNM já deveria ter vindo há algum tempo e pediu esse tempo para o amadurecimento do próprio debate.

Eu gostaria de reforçar a nossa vontade de continuar recebendo as contribuições de todos. Venho conversando com várias entidades, todas sempre abertas ao diálogo. Daniel Cara já esteve aqui também. Nesta Comissão recebemos diferentes representações e pesquisadores.

Não conseguimos trazer ainda a UNE e a UBES, mas não foi por falta de chamar...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - A UNE veio semana passada.

Já começamos a ir aos Estados. Semana passada, fui a Santa Catarina, atendendo a um convite, para ouvir contribuições.

A Consultoria também tem se debruçado sobre o assunto.

Na verdade, existem muitos consensos e muitas provocações que vocês nos trazem. Para nós também é provocação.

Sabemos que o FUNDEB tem seus méritos, mas tem enormes desafios. Um deles é a correção da desigualdade. Cito também o fato de ele ser um fundo estadual. Às vezes, Municípios que não precisariam receber recursos recebem, e outros, não. Municípios muito pobres de Estados que não estão dentro da complementação precisam desse olhar. Isso é consenso. Nós estamos tentando encontrar desenhos e alternativas.

A nossa ideia é de tentar fechar alguns consensos, de apresentar a proposta de um texto que continue recebendo contribuições. Eu imagino que as instituições,



especialmente aquelas diretamente envolvidas com a educação, vão continuar fazendo seus estudos a partir do que vamos colocar na proposta.

Não acho que esteja cedo para fazer a proposta do texto. Acho até que quem conhece esta Casa tem certos receios em relação à aprovação. Nós temos tempo, nós temos a ausência de compromisso de muitos Deputados — a presença aqui mostra isso. Por exemplo, a votação da reforma do ensino médio. Durante 2 anos discutimos, o texto ficou pronto, foi votado, para ir para o plenário, e na hora de votar... Ficamos 1 ano esperando, e nada de votar. De repente o MEC manda uma medida provisória, e muita gente caiu de paraquedas — acho que estavam em Marte: *“Nossa! Estavam discutindo ensino médio? Agora vou me interessar, vou debater. Não foi suficientemente debatido”*.

Eu tenho feito essa provocação em relação ao FUNDEB, pela sua importância.

Eu discordo em grande parte, para não dizer em tudo, do que o Luciano colocou. Primeiro, não é cedo. Fico muito incomodada com o fato de o Ministério da Educação aparentemente não estar se dedicando, de ninguém estar estudando nada do tema.

Esta Comissão foi criada em 16 de julho de 2015 e instalada em 6 de dezembro de 2016. Nós já realizamos várias audiências e temos uma proposta de diferentes convidados.

Acho que o Prof. Luciano representa aqui o Prof. Rossieli, que já marcou e desmarcou várias vezes. Há necessidade de muitos atores, mas a necessidade principal de ouvir o gestor municipal, o gestor estadual e nacional da educação é essencial. Eu não tenho nenhuma dúvida disso, nunca tive. Fui Secretária de Educação durante quase 10 anos e sei muito bem como nós da educação lidamos com a queda de braço com os Ministérios do Planejamento e da Fazenda. Isso não é diferente em nenhum lugar, em nenhuma esfera.

Não acho que vá ser fácil, mas nós temos uma tarefa. Olhemos para a situação: seria muito cômodo deixar chegar 2020, mas haveria um prejuízo enorme para Estados e Municípios e para a educação brasileira.

Eu gostaria de reforçar que, sobre as questões que foram colocadas aqui pela Priscila, acho que já existem consensos apresentados. Os números nos interessam,



para nos ajudarem nesses estudos que estamos fazendo. A questão dos mais pobres e das condições socioeconômicas, dos baixos resultados, infelizmente, é uma constatação. O que nós podemos usar com esse argumento, da constatação perversa que diversos estudos têm mostrado, para mudar o modelo de financiamento?

A questão da justificativa também dá tratamento desigual aos desiguais. Todas as vezes em que nós vamos lançar algum programa, o MEC faz isso. E, quando discutimos aqui, temos a tendência de tratar todo mundo igualmente. Vejamos este disparate: um Município que tem *per capita* de 11 mil reais ainda recebe complementação porque está num Estado pobre, e um Município que recebe o menor *per capita*, com toda a complementação, ainda fica longe da situação ideal.

Eu acho que essas são situações relativas à questão das condições e dos insumos. É preciso saber o que é necessário, o que é prioridade, o que fazer, como orientar Municípios e Estados nesse caminhar da definição do que fazer primeiro. Não há dinheiro para tudo, mas, à medida que o recurso avança, é preciso saber o que fazer primeiro. Isso o Fundo-Escola tentava fazer — alguns que são pré-históricos na educação sabem disso —, ou seja, ele tentava definir um padrão.

E o CAQ está aí. Gostando-se ou não, o CAQ tem que sair do papel, porque é ele que vai dizer quais são as condições necessárias para a escola e em quanto tempo nós vamos chegar lá. *“O dinheiro chegou. Eu vou primeiro fazer uma quadra coberta, ou vou melhorar a sala de aula, ou vou melhorar a biblioteca?”*

Com o quadro de professores e com a carreira de professor que estão aí, não adianta sonhar que nós vamos ter os melhores cuidando da educação. Isso custa dinheiro, isso precisa de investimento.

Dizer que já temos muito dinheiro não é verdade. Se compararmos os nossos investimentos aos de países nas mesmas condições do Brasil, aos países da OCDE, veremos que nós somos vergonhosamente os que menos investem na educação básica, uma educação que distribui pouco dinheiro. Esse dinheiro está concentrado. É um dinheiro que, no caso da União, principalmente este ano, está concentrado. Setenta e tantos programas existem há 10 anos, 15 anos, 20 anos, e ninguém tem métrica para dizer se prestam ou se não prestam. E, às vezes, o Município, para receber o recurso, tem que... Eu digo que é igual a uma fábrica de chapéus em que,





se você quer o chapéu, tem que cortar a orelha, em vez de o chapéu se moldar ao tamanho da sua cabeça, ao formato de que precisa.

Então, temos que conseguir avançar e entender. E não é uma política de agora. Por muito tempo o MEC tem esse perfil, de querer chegar direto ao Município com seu modelo pronto, para o Município se encaixar nele: “*Se o Município quiser dinheiro, tem que ser assim*”. Acho que isso não funciona. Nós temos que dar um salto nessa questão do financiamento.

Em relação aos eixos, eu queria fazer uma pergunta para a Priscila. Na verdade, uma provocação. Sei que também é uma das preocupações do Todos Pela Educação. Refiro-me ao professor, à formação, à estabilidade, à coragem de avaliar e de cobrar. Porque existe uma dificuldade muito grande de lidar com a figura. Não adianta ter um prédio lindo, maravilhoso, dinheiro chegando, se eu não tiver bom professor. Bom professor precisa ter boa carreira. Mas eu preciso de mecanismo de monitoramento e de cobrança também.

Eu fui Relatora de um projeto, do projeto do ENAMEB. Nossa! Até hoje dizem: “*Ainda querem avaliar o professor?*” Está no PNE! Nós temos que avaliar, sim. Não é avaliar para punir, mas para saber o que o meu professor sabe. Quando nós fazemos as provas para saber o que o professor sabe, vemos que muitos dos conteúdos que os nossos alunos não sabem e nos quais são mal avaliados o professor não sabe também. A universidade tem autonomia ilimitada, que precisa assumir. E deve entender que ela está formando um professor para uma escola concreta, real. Há uma base nacional sendo construída.

Nesse mecanismo há muitas pessoas envolvidas. É preciso que cada uma faça a sua parte.

Então, é sobre formação, estabilidade, carreira, distância entre as unidades formadoras, as instituições formadoras, e a escola.

Quero abordar também a questão das redes e atribuições, porque Mariza está na Mesa. Surgiram algumas propostas, entre elas a de não engessar tanto as atuações prioritárias. Em muitos casos, os Estados têm professores concursados, às vezes mais bem pagos pelo Estado — são salários maiores —, e o Estado não atende mais, por exemplo, a alfabetização. Não se consegue chegar a um denominador comum sobre ceder esse professor, sobre quem vai pagar, sobre



organização de rede. Outro exemplo: num distrito muito afastado, quem tem escola lá é o Município ou é o Estado, e o outro ente que quer atuar atua, mas não tem remuneração.

Bom, eu queria fazer uma pergunta ao Prof. Luciano: que estudos o MEC tem realizado sobre a proposta do FUNDEB, uma vez que há bastante tempo nós a estamos debatendo?

É lógico que é um fluxo crescente. O Ministro será convidado a vir. Mas já estive com o Ministro há alguns meses e soube que um grupo estava se formando. Eu não sei se foi formado, se está volátil, se tem feito estudos. Como está essa situação? Quais são os prazos?

Sobre a situação do CAQ, tenho uma dificuldade enorme de pensar não só na PEC, mas também na lei de execução, de implementação, sem avançar na questão do CAQ. São os insumos, são as condições, são os padrões, são os prazos. E há um PNE para ser cumprido.

No que se refere à contribuição da União, de 10% apenas, eu não consigo nem pensar que, num país em que há um modelo tributário, a União ache que, com os 10%, dá conta da tarefa. Não só ela não consegue chegar até quem precisa, mas também há muita gente que precisa muito e que está de fora.

Concordo plenamente que, dentro dos 10%... Não fomos enganados porque no CONSED nós estávamos juntos e fomos contrários à aprovação da lei do piso salarial, mas é embromação dizer que, desses 10%, que seriam a contribuição da União, parte poderia ser usada para a complementação do piso. Isso não é coisa de gente séria, isso não tem cabimento, não tem sentido. Acho que há uma série de coisas que precisam ser construídas, mas é preciso descolar e tratar de maneira séria. Eu sei que era parte do desenho, mas não foi debatido.

Apesar da situação demográfica, mesmo olhando assim, o nosso dinheiro por aluno ainda é pouco. Quanto à questão dos recursos mal distribuídos, acho que a situação existe.

Eu queria fazer uma provocação. Acho que o MEC precisa ter um tempo para olhar o Sistema Nacional de Educação, que está pronto para ser votado e tem que ser votado. Todas as vezes em que vai entrar em votação, o MEC diz: *“não estamos prontos ainda para a discussão”*. A mesma coisa acontece com o CAQ e agora com



o FUNDEB. Nós já estamos avançando, muita gente tem apresentado posições diversas, sugestões, problemas. Alguns aumentam os nossos problemas quando vêm falar, porque trazem outros olhares. Precisamos que o MEC entenda que precisa participar da discussão, que precisa ter gente pilotando o debate, que precisa ter gente se inteirando do mecanismo de financiamento que dá sustentação para a educação básica. Gostando ou não, os fundos estaduais estão aí. A realidade — e isto foi mencionado aqui — é que milhares de alunos estão fora da escola, e as redes estaduais e municipais não têm motivação e condições de fazer além do que fazem para trazer de volta esses alunos. Não existe dinheiro, não existe motivação, e o desafio é enorme.

A questão da educação infantil é perversa. Nas outras modalidades, existe um tempo maior para o sistema se organizar, e aquele pai que não consegue vaga hoje pode voltar no ano que vem, na esperança de conseguir. Mas, na educação de crianças de zero a 3 anos de idade, se passou o tempo, passou, acabou. Eu não posso chegar para uma criança de 5 anos de idade e dizer: *“Eu vou fazer o que devia ter feito com uma criança de zero a 3 anos”*. Não há EJA para crianças de zero a 3 anos de idade. Nessa fase, desenvolvem-se etapas de formação, do ponto de vista neurológico, que são essenciais. Se passou o tempo, passou. Perturbou o Prefeito por 3 anos, e o Prefeito não conseguiu atender.

A questão das creches inacabadas, que todo mundo faz de nariz de cera, que todo mundo diz que não é problema, é um problema enorme. Não adianta dizer ao Prefeito que está entrando agora, de uma Prefeitura cujo coeficiente individual é de 0,6%, *“se vira para terminar”*. Ele não vai dar conta, ele não tem como fazer milagre. É preciso que haja um esforço.

Eu sei que o FNDE tem um estudo, um trabalho, e que está se esforçando junto aos órgãos de controle — porque não é só uma questão de ter ou não ter boa vontade —, mas quero fazer uma provocação mesmo, para que façamos um esforço de país para enfrentar essas questões.

Obras em creches: em algumas faltavam 15%, 20% para a conclusão das obras; hoje faltam 50%, 60%, porque estão se deteriorando.



Eu estou com muitas coisas aqui para citar, Sr. Presidente, mas vou tentar me controlar. Acho que a fala do Luciano me provocou certa ira, preocupação e agonia, pelo tempo que nós temos.

Eu não poderia deixar de comentar a fala da Mariza, que me chamou a atenção para as perdas dos pequenos Municípios. Sei que alguns Municípios pequenos têm grande arrecadação e baixo número de alunos e que, logicamente, pelo desenho, eles tomam outro caminho.

Olhando a situação da contribuição da União, eu também acho muito difícil pensar na entrada dos próprios impostos municipais, mas é preciso fazer a conta para saber o que cada Município tem à disposição, ou seja, qual é o *per capita* que ele tem. No contexto do FUNDEB, ele tem muito dinheiro de outra fonte, e talvez outro Município precise de mais ajuda. Nós vamos ter que fazer esse esforço para trabalhar com a realidade nacional. Estamos preocupados com essa questão.

Na Comissão de Educação, nós fizemos um convite ao Relator da proposta de reforma tributária, porque existem preocupações. Eu proponho ao Presidente que também participe. O Relator está propondo a redução e a extinção de um monte de impostos, além da extinção do salário-educação e de uma série de coisas que nos afetam de imediato e que podem afetar, a médio prazo, enormemente, o financiamento. Então, essa também é uma preocupação.

Eu acho que foi muito bem colocada a questão do aumento das transferências legais. Talvez isso engesse um pouco o Governo Federal, as “cestas de bondades de programas”, mas acho que é a lógica — o aluno está na ponta e é quem tem que ser atendido.

Eu não acredito, Denise, que nós consigamos dar esse salto para 50% de contribuição da União, não tenho essa ilusão. Precisamos avançar gradativamente para um desenho que garanta a situação atual para os Municípios — aqueles que já estão com rede e com programas estabilizados — e, ao mesmo tempo, pegar o dinheiro novo que for entrando para aumentar gradativamente a contribuição da União, para que haja um olhar para os diferentes, para os desiguais, para que se incentive o resultado, para que ela chegue aos Estados em que há Municípios que precisam de atenção. Acho que é esse o esforço. Nós estamos ainda na fase inicial,



tentando fechar, junto com a Consultoria... Claudio Tanno também trabalhou numa proposta.

Nós vamos tentar começar a amadurecer a conversa sobre uma proposta que vá para as ruas e ganhe adeptos. Nós não temos ilusão, precisamos de ajuda. É uma guerra, no contexto de um país que nunca deu prioridade para a educação, nunca deu — a não ser em palanque político, onde dizem “*se não mudarmos a educação...*”, nunca deu.

E os países que fizeram mudanças o fizeram porque, num determinado momento, deram uma brecada e disseram: “*Nós vamos tratar disso, ainda que por um tempo*”. Isso é meio como a PEC das mulheres: nós estamos lutando aqui para, em três legislaturas, termos 10%, 12% e 16% de vagas para as mulheres. Isso é para uma situação. Então, eu acho que, na atual situação, nós vamos ter que fazer esse esforço diferenciado.

Essa inércia nos leva a ficar nas posições em que estamos e só nos incomoda quando é manchete do *Estadão* e da *Folha de S.Paulo*. Em 2 meses, ninguém lembra mais porque já engavetou. Eu acho que este País, pelo menos, não é o que eu quero.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado, Deputada Dorinha.

Nós vamos quebrar um pouco o ritmo para ouvir o Sr. Luciano, já que estendemos um pouco a audiência, e ele tem um compromisso logo em seguida. Vamos permitir a ele que fale primeiro.

Depois vamos voltar aos consultores e à palavra final de cada um dos nossos convidados.

Tem a palavra o Sr. Luciano.

**O SR. LUCIANO OLIVA PATRÍCIO** - Peço desculpas por não poder ficar até o fim, mas realmente acabamos demorando mais, ouvindo mais.

O que eu posso lhe dizer, Deputada, é que o tema está no radar. Ainda antes da minha chegada ao MEC, já havia sido iniciado um processo de contratação de dois consultores de primeira linha, para nos auxiliarem na parte além da educação — tributação, organização econômica —, para tentar resolver a questão, de que eu



falei, de que nós não estamos convencidos de que vale a pena continuar nos ancorando no ICMS, no IPI e no Imposto de Renda. Nós corremos o risco não desprezível de ficar com 30%, 40% ou 50% de nada.

Nós temos a convicção da necessidade de arregaçar as mangas e trabalhar nisso, de pensar nessas questões de — vamos chamar assim — atendimento assimétrico.

Dentro do mecanismo tradicional, clássico, do FUNDEB, não vamos chegar a essas fraturas expostas que foram demonstradas aqui. Podemos dobrar, mas não vamos chegar ao nível de São Paulo, do Rio, do Paraná, de Santa Catarina. E há escolas nesses Estados que precisam de atenção.

Então, é preciso achar um jeito de fazer com que um eventual dinheiro novo trilhe um caminho diferente do dinheiro velho. Mais dinheiro na mesma forma de intervenção nós estamos carecas de saber que não vai resolver. Não temos a ilusão de que vamos conseguir estabelecer para todo mundo o valor *per capita* de Roraima só com 100%. Não vamos chegar a isso.

Eu vou reportar a quem de direito dentro do Ministério essa avaliação, tanto do Presidente quanto da Relatora, de que talvez o tempo não seja assim tão abundante. Levarei o alerta dessa sensação de maior urgência. E eu acho que nós temos condição de nos estruturar dentro do Ministério para fazer um debate mais profundo.

Todo o mundo sabe das dificuldades que teremos ao trocar o percentual de 20% para 30%, para 50%, para 60%. Não é o fato de estar fora dos limites estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 95 que torna tudo fácil. Não é por estar fora da PEC que nós vamos para 80%, e o dinheiro estará resolvido. Na hora de fazer o Orçamento, o Governo tem que pensar em tudo o que tem que ser incluído. Não dá para privilegiar o que está fora da emenda constitucional.

Os recados foram recebidos e serão transmitidos. Eventualmente, nas próximas audiências, nas próximas atividades da Comissão, talvez já exista algo um pouco mais concretamente formulado para ser trazido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Thiago Peixoto) - Muito grato, Luciano, pela sua participação.

Passo a palavra agora ao consultor Paulo.



**O SR. PAULO DE SENA MARTINS** - Obrigado, Presidente.

Eu quero parabenizar os quatro convidados e os dois Parlamentares pelas suas exposições.

Mariza, naquela audiência pública do Senado em que você estava junto com o Marcelino e o Vander houve uma convergência importante. Você apresentou de novo aqui uma simplificação sobre as ponderações feitas, e eu acho que é por aí. Hoje existem 19 segmentos, e acho que essa simplificação é importante.

Atrai-me a ideia de acrescentar uma ponderação sobre o quintil de menor renda. Eu acho que isso seria um mecanismo indutor, Priscila, associado a uma regra da LDB que está meio esquecida e que deveria ser adotada para Estados e Municípios. A LDB determina que o Município deve exercer a função redistributiva em relação às suas escolas. Então, acho que é preciso associar o mecanismo indutor com uma fiscalização do Ministério Público e da sociedade civil, para que seja fiscalizado o efeito redistributivo com relação às escolas. Muitos Parlamentares têm falado que, às vezes, os recursos vão para a escola na sede, mas não vão para as escolas na periferia. Esse poderia ser um mecanismo importante.

Uma segunda questão, Mariza, é a seguinte. Quando o Prof. François esteve aqui falando do efeito anti-Robin Hood que o FUNDEB tem, eu o questionei sobre a eventual adoção de um teto de perdas com relação ao FPM, que é um dos impostos que compõem a cesta do FUNDEB. Ele argumentou que isolar um imposto seria mais complicado, mas que talvez pudessem ser criadas faixas para a destinação. Para a cesta, em vez de 25% — no caso, é preciso haver estudos técnicos —, deveria usar 20%, 22%, não sei. É complicado, mas eu queria jogar esse assunto, que precisa ser estudado.

Por último, lembro o que a Deputada Professora Dorinha falou — e isso me remete à reunião com o Arnóbio Marques, o André de Carvalho e o Araújo —, com relação aos Municípios que já têm mais recursos fora da cesta FUNDEB. São Municípios cuja arrecadação já é alta, o que faz com que eles possam arcar com o CAQi. Na relação do FUNDEB com o CAQi, o FUNDEB é alimentador do CAQi, mas o CAQi também pode ser regulador do FUNDEB. Quem já tiver recursos suficientes, por algum motivo, seja por ter renda proveniente de *royalties*, seja por ter uma arrecadação de ISS muito alta, por exemplo, eventualmente terá um redutor, que no



limite pode até ser total. A matrícula desse Município recebe também, mas estamos olhando só para o universo do FUNDEB. Se ele tem recurso por fora do FUNDEB, não poderia ser aplicado um redutor?

Eu queria saber a opinião dos senhores sobre essas questões.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado, Paulo.

Vamos passar a palavra aos nossos convidados.

Tem a palavra a Sra. Priscila Cruz.

**A SRA. PRISCILA CRUZ** - Deputada Dorinha, V.Exa. me representa. Essa sua fala emocionada é o que esperamos do Parlamento brasileiro. É uma fala indignada, assim como a do Deputado Thiago Peixoto.

Temos que realmente mudar a lógica das coisas. A fala do Luciano é para continuar do jeito que está: *“Essa é a lógica, é isso que dá para fazer”*. Mas nós estamos justamente no momento de fazer diferente, de buscar soluções, de buscar formas alternativas para mudar as lógicas: a lógica da área econômica, que é preponderante sobre a área social; a lógica de que o FUNDEB sempre funcionou assim e não dá para mudar. Eu acho que se tem que mudar essas lógicas.

Eu concordo com o Deputado Thiago quando ele fala que, muito possivelmente, temos aqui uma oportunidade de criar algo novo, com amplo apoio dentro desta Casa e na sociedade brasileira, o que é algo raro no País hoje em dia. Eu acho que temos aqui uma grande oportunidade de apresentar algo novo, potente e que realmente consiga enfrentar as questões educacionais importantes, talvez até criando uma nova onda. Eu acho que estamos precisando disso no Brasil. Conseguimos algumas mudanças, alguns avanços, mas o que sempre incomoda é a velocidade com que isso ocorre. Não há uma política mais forte, para dar um grande impulso.

Então, eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui ouvindo as palavras dos senhores, que me animam bastante.

Nós dedicamos muito tempo, muito trabalho e muito esforço para essa questão docente. A Mariza tem acompanhado de perto o nosso trabalho, que se chama “Profissão: professor”. Fomos identificando vários gargalos, por meio de





todas as pesquisas que já existem dentro e fora do Brasil, por meio de todas as evidências.

V.Exa. tem toda razão sobre a formação dos professores, Deputada Dorinha. Existe uma questão muito central na educação brasileira, que vai além da discussão do FUNDEB. Essa questão é a existência de um professor de qualidade dentro da sala de aula. Eu gosto de dizer que todo aluno merece ter um professor incrível na sala de aula. Todo aluno precisa de um professor incrível para poder ter seu direito à educação, seu direito à aprendizagem. Mas a formação do professor começa na própria educação básica, e nós sabemos disso. Sabemos que hoje os alunos que vão para a carreira docente — a pedagogia e as licenciaturas — muitas vezes são aqueles que não aprenderam o que tinham que ter aprendido na educação básica.

Então, apresentamos uma proposta, que está sendo avaliada pelo MEC — nós estamos trabalhando com ela e com outras propostas —, para que, uma vez que o ensino médio seja diversificado e flexibilizado, a educação passe a ser uma das áreas do ensino médio. Professor não é uma profissão muito valorizada hoje, mas com o fim do emprego, com inteligência artificial, com vários desafios que vamos enfrentar no século XXI, a docência é uma das profissões que mais vai sobreviver. Vai haver uma demanda enorme, cada vez maior, de pessoas indo para a área de educação, para ser professor, diretor de escola, coordenador pedagógico, agente comunitário, formador nos diversos espaços da sociedade.

Esse relatório da OCDE que foi divulgado ontem e que está nos jornais hoje mostra um conjunto de cursos que estão em primeiro lugar na demanda dos alunos do ensino superior, que é igual em qualquer país do mundo: administração, direito e engenharia. No segundo bloco do Brasil está a educação: pedagogia e licenciaturas. Isso é diferente de vários outros países. Então, não se pode dizer que a profissão de docente não tem demanda, que os jovens não a querem. Eles não querem muito, mas fazem essa opção por uma série de razões, e uma delas é porque esses cursos são a porta de entrada para o ensino superior.

Mas como existe um grupo enorme procurando se formar, e esse é o profissional mais importante do País, é preciso começar essa formação logo no ensino médio, dar para esse aluno no ensino médio a melhor formação possível. E aí entra aquela lógica de dar mais para quem tem menos. É fundamental que esse



aluno tenha escola em tempo integral, com os melhores professores, com infraestrutura adequada, etc.

Para a formação de professores, sem dúvida nenhuma, é preciso mudar o currículo, mudar a lógica da formação continuada, que ainda é uma lógica de grandes eventos, em que todos se abraçam, choram, e no dia seguinte não se muda nada. Para tudo isso, Deputada, é preciso fazer um trabalho difícil, mas sem ele não vai adiantar sair fazendo avaliação, mudança de curso, etc. É preciso trabalhar numa matriz de competências docentes. Acho difícil criar consenso, mas precisamos criar uma convergência ampla em relação às competências docentes. Esse é um trabalho fundamental, porque ele tem que pautar a formação, a avaliação, tudo que precisamos batalhar pela carreira docente no Brasil. Inclusive, chegar ao ponto — e acho que V.Exa. está correta — de dizer que há profissionais que não estão exercendo essas competências, e por isso não têm condições de estar na sala de aula. Mas acho que, antes de chegar a esse ponto, podemos ser muito injustos e muito errantes, se não criarmos uma matriz de competências docentes.

Todos os países que V.Exa. citou por terem tomado a decisão de colocar a educação como eixo central, que realmente priorizaram a educação, fizeram isso. Lá existe uma clareza muito grande em relação a quais são as competências docentes. A partir dessas competências é possível pensar nas outras políticas. Inverter essa ordem é repetir o erro que já cometemos com a Base Nacional Comum Curricular, em que a avaliação determina o currículo. Então, vamos repetir o nosso próprio erro brasileiro, e vamos trabalhar primeiro nas competências docentes, na definição dessa matriz. Aí, sim, vamos desdobrar as políticas todas que precisamos fazer no País.

Então, é só uma primeira resposta, mas acho que há muito para ser feito em política docente. Essa é a principal batalha que precisamos travar no Brasil.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado, Priscila.

Tem a palavra a Sra. Mariza Abreu.

**A SRA. MARIZA ABREU** - Eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui. Sempre atendemos o convite para participar do debate, que é muito desafiador. Vou tentar abordar o mais rápido possível as questões.



Primeiramente, no Rio Grande do Sul há um ditado que diz assim: *“Nem tão rápido que pareça que estamos fugindo, nem tão devagar que pareça provocação”*. Nós temos até 2020. Se quisermos aprovar a proposta agora, vamos repetir o FUNDEB tal como ele existe. Aí, vamos perder uma oportunidade histórica e fundamental de aperfeiçoar esse mecanismo tão importante, que é aprovado por ampla maioria da sociedade brasileira. Também não podemos demorar demais. Se não usarmos esse tempo para estudar e nos aprofundar no assunto, de que adianta? Acho que o limite de 2019 para concluir o processo, incluindo Câmara e Senado, é um tempo interessante. Significa que será feito pelo próximo Governo, que será eleito ano que vem, se tudo caminhar como nós gostaríamos e se a situação econômica melhorar. Mas nós temos que aprofundar a discussão já, aqui e agora, para criar as condições para que isso aconteça.

Em segundo lugar, eu acho que é pertinente trazer a discussão da reforma tributária para a Comissão de Educação — e cumprimento a Deputada por isso —, mas não podemos ficar esperando a reforma tributária. Nós temos que encaminhar essa discussão, atentos à reforma tributária e, quando ela se efetivar, nós vamos ter que alterar mecanismos aqui. Então, nós temos que fazer o nosso debate considerando a atual estrutura tributária brasileira, acompanhando o que está acontecendo no outro campo de discussão do Congresso Nacional.

Em relação à complementação da União, todos os Municípios defendem maior participação da União no financiamento à educação básica e mais exercício da sua função redistributiva, mas sem sonhar com o impossível. Nós não vemos nenhuma viabilidade de passar de 10% para 50% de uma hora para outra. Aliás, está até escrito ali e eu pulei: *“aumento da complementação da União, viável e gradativa, como já foi na passagem do FUNDEF para o FUNDEB”*. E mais, pleiteamos que a contribuição da União no financiamento da educação básica e a sua função redistributiva, principalmente, não se restrinja à complementação da União ao FUNDEB, mas também seja feita pelas transferências legais. É preciso haver mais dinheiro do que há hoje. Vocês viram que a merenda diminuiu, que o transporte diminuiu, enquanto as obras inacabadas aumentaram.

A terceira questão foi trazida também pela Deputada. Essa relação entre Estado e Município é conflituosa em muitas situações, pela disputa de recursos



federais, de matrícula, etc. Nós temos que aprofundar a discussão da legislação do Sistema Nacional de Educação. Infelizmente, eu tomo a iniciativa de lhes dizer que os projetos que estão tramitando aqui não estão dando conta de fazer uma melhor distribuição das tarefas, uma melhor definição do que cabe ao Estado e ao Município. Acho que ainda não chegamos ao debate do Sistema Nacional de Educação que precisa ser retomado e aprofundado.

Por fim, eu acho que uma posição comum entre todos nós nesse debate é que, se há efeito redistributivo positivo do FUNDEB, ele ainda é insuficiente. Nós queremos aprofundar esse efeito, e existem “n” maneiras de fazer isso. Primeiro, por mais que aumentemos a complementação da União ao FUNDEB, mantendo o critério de fundo estadual, o recurso não vai chegar para todos. Há Município pobre em Estado rico e Município que não é pobre em Estado rico. Então, é preciso criar outros mecanismos. Pode-se tentar dar conta de parte disso pelas transferências legais. A merenda dos Municípios do Vale do Ribeira pode ter valor menor do que a de Camaçari, por exemplo. Estou falando de um Município da Bahia e de um Município do interior de São Paulo.

O nosso desafio, Paulo, é saber como fazer isso. É ponderação diferente por nível socioeconômico? É valor por aluno diferente por grupos de Municípios? Estamos tentando descobrir como fazer isso da melhor maneira, e é exatamente isso que a Deputada trouxe.

Nós já fizemos, Deputada, um exercício sobre Municípios do Rio, um exercício sobre Municípios do Rio Grande do Sul, mas não conseguimos concluir ainda. Mas é exatamente isso.

O Município de Porto Alegre tem, na receita de impostos, 53% de impostos próprios. Enquanto isso, Alvorada, que é um Município dormitório próximo da grande Porto Alegre, tem 70% de transferências, e os dois recebem o mesmo valor do FUNDEB. O nível socioeconômico de Porto Alegre é muito mais alto do que o nível socioeconômico de Alvorada, Porto Alegre tem muito mais dinheiro por fora do FUNDEB para aplicar na educação do que Alvorada, e ambos recebem o mesmo valor.

A mesma coisa acontece com Triunfo. Trinfo é um exemplo, como Camaçari, Paulínia, etc. Há um polo petroquímico lá e há um retorno imenso de ICMS. Mesmo



que Triunfo tivesse 100% da matrícula da educação básica, pelo mecanismo do FUNDEB, ele seria transferidor de recurso para outros Municípios? O PIB *per capita* de Triunfo é enormemente maior do que o de Porto Alegre, o do Rio Grande do Sul, o de Alvorada, etc. Só que o polo é uma atividade artificial na cidade — percebem? Todos os trabalhadores do polo moram em Porto Alegre. Então, a renda familiar *per capita* de Triunfo é baixa.

Como consideramos simultaneamente a capacidade fiscal do Governo, considerando o conjunto dos recursos vinculados, não só os do FUNDEB, o que tem por fora do FUNDEB, o que tem de salário educação e o nível socioeconômico da população, o nível socioeconômico dos alunos que frequentam essa escola para promovermos a equidade?

É nisso que temos que pensar, Paulo, é exatamente nesse sentido. É um *per capita* diferente pelo quintil de alunos mais pobres de cada Município brasileiro? É um *per capita* diferente para cada grupo de Municípios dentro dos Estados? E até ousar dizer: a complementação da União, de repente, pode não ser para fundos estaduais, mas para grupos de Municípios que precisam em todo o Brasil. Camaçari não precisa de complementação da União; o Vale do Ribeira precisa, Alvorada precisa.

Então, nós temos um desafio muito grande. A realidade brasileira é muito diferenciada, mas ou nós seremos capazes de fazer isso, ou nós vamos repetir mais do mesmo e vamos continuar com esse aumento da desigualdade nos resultados educacionais brasileiros.

A CNM está à disposição, Deputada, da Comissão e da Relatoria, para contribuir com aquilo que nós vimos discutindo dentro da entidade.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado, Mariza.

Concedo a palavra à Sra. Denise Carreira, para fazer as suas considerações finais.

**A SRA. DENISE CARREIRA** - Primeiro, eu gostaria de reforçar a preocupação da Deputada Dorinha com relação ao diálogo com a Comissão da Reforma Tributária. Eu acho que, de fato, precisamos não só nos adequar, mas



também propor e tensionar o que está sendo apresentado no debate da reforma tributária. Acho isso muito importante.

Num sentido mais amplo, o nosso desafio, como educação e como área social, é realmente tensionar a lógica econômica instituída. Nós precisamos fazer isso com mais intensidade, porque essa lógica impõe uma subordinação das políticas sociais, e esse modelo precisa ser questionado por todos aqueles que atuam pelo direito à educação e outros direitos sociais. Acho que a área da saúde avançou muito nisso, é uma área que questiona muito a política econômica. Na área da educação nós, de fato, precisamos ser mais questionadores. Concordo com a provocação que a Deputada fez aqui nesse sentido.

É necessário colocar em questão e fazer perguntas simples: por que determinadas medidas são tão necessárias? Quem de fato tem de pagar pelo sacrifício? Por que se adota um sistema tributário que concentra tanta renda? Por que não temos impostos sobre grandes fortunas? Como podemos relacionar isso com o financiamento da educação? Então, o porquê e a atenção são superimportantes. Com certeza, os Parlamentares que vêm fazendo isso vão ter o apoio das organizações da sociedade civil, que há décadas lutam por isso.

Eu queria dizer também que nós tivemos, no último mês, a decisão muito importante de um juiz federal do Maranhão com relação à obrigatoriedade da implementação do Custo Aluno Qualidade Inicial e do Custo Aluno. Eu gostaria de questionar o representante do MEC, o Luciano, a respeito de como o MEC vai lidar com essa decisão. O juiz federal deu 60 dias para que o Custo Aluno Qualidade fosse implementado. Acho que isso também vai se somar às questões apresentadas pela Deputada Dorinha.

Existe um consenso em relação ao aprimoramento dos mecanismos redistributivos para o enfrentamento da desigualdade. Mas é muito importante dizer que, na história do Brasil, também há muitas formas de se entender a desigualdade, desde políticas focalizadas a políticas equalizadoras.

Neste momento, acho que o nosso desafio é como nós reconhecermos a importância de um piso — e, no caso, é o Custo Aluno Qualidade Inicial —, que deve ser garantido a todos. As políticas, o chamado CAQi *plus*, como nós chamamos na campanha, possa ser um *plus* ao mínimo, ao PIS.



A isso eu somaria a contribuição que o Paulo Sena trouxe aqui. Além do quintil, da renda, para que realmente pudéssemos — e concordo com a Profa. Mariza — ter um olhar de território, que é muito importante, um olhar para as desigualdades raciais. A questão racial é estruturante no Brasil e, na composição dos componentes de desigualdade, além da questão de campo/cidade, ela deve ser considerada nessa equação.

Eu gostaria de falar ainda sobre a condição docente. Estudos como o da Profa. Bernadete Gatti, da Fundação Carlos Chagas, e muitos outros colocam a centralidade do debate sobre a atratividade da carreira docente.

Todos os países que deram um salto investiram na atratividade da profissão docente. Acho que esse é um ponto que não dá para fugir e é fundamental que avancemos nessa perspectiva. Por décadas, investimos nas políticas de formação sem termos a devida contrapartida do investimento nessa condição, sobretudo, na condição de trabalho salarial. O piso é uma grande conquista da categoria, e nós precisamos avançar para além dele.

Lembro que uma das deliberações da CONAE 2014 foi também uma proposição das entidades da campanha. Havia a necessidade de prever formas de estímulos, dentro da carreira docente, para que professores com mais formação e mais experiência atuem em territórios marcados por profundas desigualdades.

Essa lógica de equalização, de estímulo a que professores mais experientes, com mais formação, possam atuar nesses territórios é fundamental e vai no sentido de induzir mecanismos comprometidos com a equalização e o enfrentamento de desigualdade.

O que acontece hoje é que, nos territórios marcados por mais desigualdade, os profissionais de educação são mais inexperientes, com formação mais precária, com vínculo trabalhista mais precário. Seria muito importante que o novo FUNDEB pudesse contribuir para reduzir isso também.

Por último, durante o processo de discussão do FUNDEB, nós ouvimos, tanto no Ministério da Educação quanto nesta Casa, que seria impossível incluir as creches, porque não havia recursos. Nós ouvimos muitas coisas. A pressão da sociedade civil, associada ao esforço suprapartidário, obteve várias conquistas importantes.



Reforço que é importante, neste momento, nós questionarmos esses limites impostos por uma política econômica de austeridade, que precisa ser questionada, para sabermos se ela é realmente a única saída.

Há todo um esforço e um conjunto de movimento da sociedade civil, aliado ao esforço dos Parlamentares que estão buscando a construção de um FUNDEB que enfrente de forma mais profunda as desigualdades.

Nesse sentido, destaco também a importância que a autoavaliação participativa, como parte das propostas de controle social, possa ser incorporada ao texto do FUNDEB, estimulando que os conselhos do FUNDEB, com condições adequadas, possam ter mais base social no cotidiano das escolas, para que esse controle social seja mais vivo e que o recurso possa fazer mais sentido na perspectiva de aperfeiçoar a qualidade do atendimento educacional na ponta.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado, Denise.

Ao encerrar esta audiência pública, quero agradecer a participação dos convidados, que muito nos honraram com suas presenças e contribuições. Agradeço também aos demais presentes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes, porém, convocando reunião ordinária para o dia 19 de setembro, às 10h30min, com pauta a ser divulgada.